

Revista **Socialismo e Liberdade** n°17 | 2017

**Encarte Especial
sobre a Greve Geral**

'O gângster Eduardo Cunha continua influenciando no governo e no Congresso'

Entrevista de Glauber Braga

Diretrizes de um programa econômico para 2018

José Luís Fevereiro

A terceirização e as ofensivas do capital no mundo do trabalho

Clarissa Maçaneiro Viana

O reforço da extrema-direita na Europa

Michael Löwy

Passado e presente da luta anticapitalista ou a Revolução Permanente

Milton Temer

Joe Slovo: uma vida de luta contra o racismo

Luiz Arnaldo Dias Campos



Presidente
Juliano Medeiros
Diretor-financeiro
Lucas Van Ploeg
Diretor Técnico
Gilberto Maringoni

Conselho Editorial

Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Juliano Medeiros
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Milton Temer
Michael Löwy

Revista **Socialismo e Liberdade**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo, as ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Cid Benjamin**. Comitê Executivo: **Cid Benjamin, Juliano Medeiros, Carolina Peters, Luiz Arnaldo Dias Campos, Milton Temer e Frederico Henriques**. Produtor editorial: **José Ibiapino Ferreira**. Jornalista responsável: **Rodolfo Vianna (mtb 54.137/SP)**. Revisão: **Cid Benjamin**. Projeto Gráfico: **Cláudio Zamboni**. Editoração Eletrônica: **Zaha Comunicação**. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - C. Elíseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br - fundacao@laurocampos.org.br. [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos). Tiragem: 8 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL _____	3
Juliano Medeiros	
“O GÂNGSTER EDUARDO CUNHA CONTINUA INFLUINDO NO GOVERNO E NO CONGRESSO” _____	4
Entrevista Glauber Braga	
DIRETRIZES DE UM PROGRAMA ECONÔMICO PARA 2018 _____	8
José Luís Fevereiro	
2018 SE DECIDE HOJE _____	12
Bernadete Menezes	
A TERCEIRIZAÇÃO E AS OFENSIVAS DO CAPITAL NO MUNDO DO TRABALHO _____	16
Clarissa Maçaneiro Viana	
A “ATUAL” CRISE NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO _____	20
Nana Oliveira	
A TERCEIRIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO D@S 99% _____	24
Fernanda Melchionna	
GOVERNO TEMER: O PONTO MAIS BAIXO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA _____	28
Carlos Serrano Ferreira	
O REFORÇO DA EXTREMA-DIREITA NA EUROPA _____	32
Michael Löwy	
PASSADO E PRESENTE DA LUTA ANTICAPITALISTA OU A REVOLUÇÃO PERMANENTE _____	36
Milton Temer	
JOE SLOVO: UMA VIDA DE LUTA CONTRA O RACISMO _____	42
Luiz Arnaldo Dias Campos	
A DESTRUIÇÃO DO MARACANÃ, UM CRIME _____	48
João Máximo	
GABO: A FORÇA POLÍTICA DA LITERATURA _____	52
Lívia Verena Cunha do Rosário	
VIOLETA PARRA: A VOZ DA AMÉRICA LATINA _____	54
Rafael Nascimento Gomes	
Capa: obra de Wassily Kandinsky - <i>La Toile jaune</i> , 1938	



E D I T O R I A L

Apresentamos mais um número da nossa revista *SOCIALISMO e LIBERDADE*. Ao fazê-lo, não podemos deixar de registrar sua crescente aceitação dentro e fora do PSOL. A revista caminha para atingir um de nossos objetivos, senão o principal deles: ser uma referência no debate das forças progressistas em nosso país.

A quantidade de interessados em escrever cresce a cada número, a ponto de nos criar dificuldades operacionais. Se há alguns meses tínhamos que garimpar artigos, agora eles chegam em número superior às nossas possibilidades de publicação. Isso está nos obrigando a postar algumas contribuições nos sites da Fundação Lauro Campos e do próprio partido, por problemas de espaço.

Felizmente temos tido a compreensão dos autores, que percebem que este é um problema surgido como consequência do maior interesse pela *SOCIALISMO e LIBERDADE*. Um problema que advém de um fenômeno positivo, a saber, o crescente reconhecimento de nossa revista.

Este número é aberto com uma entrevista com o líder da bancada do PSOL na Câmara: o deputado Glauber Braga. Apesar de estar filiado no partido há relativamente pouco tempo, Glauber se vê - e é visto no PSOL - como se fosse um companheiro de longa data. Na sua entrevista, ele reafirma a frase que o tornou célebre - "Eduardo Cunha, você é um gângster" - dita em rede nacional de televisão durante a votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. E mais: estende esse qualificativo a parte importante do Congresso Nacional e afirma que Cunha ainda tem grande influência no Congresso, assim como no governo Temer.

O artigo seguinte é do economista e dirigente nacional do PSOL José Luís Fevereiro, listando pontos essenciais para um programa econômico da esquerda na eleição de 2018. Pretendemos, nos números seguintes, voltar ao tema, dando espaço a diferentes autores para pensar um programa para o Brasil, inclusive com uma seção permanente sobre o tema.

Bernadete Menezes, dirigente nacional do nosso partido, escreve sobre as perspectivas da esquerda neste momento, tratando de um assunto que já vínhamos abordando em números anteriores da revista e que permanece atual.

A advogada e dirigente do PSOL no Paraná Clarissa Viana aborda uma questão que ocupará parte importante da pauta política no país até o fim do ano e é um dos carros-chefes dos ataques aos direitos

dos trabalhadores: a contrarreforma trabalhista de Michel Temer.

Adiante, a explosiva e dramática situação do sistema penitenciário e os caminhos para superá-la são examinados pela advogada criminalista Nana Oliveira.

Em seguida, o crescimento da luta feminista no mundo e seus reflexos no Brasil são abordados pela vereadora mais votada de Porto Alegre, nossa companheira Fernanda Melchionna.

Carlos Serrano, professor da UFRJ, analisa a política externa do governo golpista de Michel Temer que, em pouco tempo, começou a mostrar a que veio e anular os avanços anteriores, mesmo que tímidos.

O quadro internacional e os dilemas diante da globalização hoje são examinados pelo importante intelectual marxista Michael Löwy, conhecido do PSOL e de toda a esquerda brasileira.

Já Milton Temer, histórico militante de nosso partido, trata da Revolução Russa e seus antecedentes no plano internacional, mostrando que, ao contrário do que muitos imaginam, ela não foi um raio num céu azul, tendo representado uma continuidade em relação às lutas populares e operárias internacionais.

O combate ao apartheid na África do Sul é o tema abordado por Luiz Arnaldo Dias Campos, por meio do perfil do dirigente político mais importante na luta contra o racismo naquele país depois de Nelson Mandela: o militante comunista Joe Slovo. Branco e judeu, ele mostrou que a luta contra a aberração representada pelo racismo é uma questão que diz respeito a toda a humanidade.

O jornalista e escritor João Máximo nos brinda com um belo texto sobre os impactos que a transformação do Maracanã em "arena" teve no processo de elitização do futebol brasileiro.

O cinquentenário do primeiro lançamento da obra-prima de Gabriel Garcia Márquez, "Cem anos de solidão", até hoje uma referência na literatura latino-americana, é abordado em matéria assinada por Livia Verena Cunha do Rosário.

Por fim, o centenário de nascimento da grande Violeta Parra, figura maior da música chilena e latino-americana, é saudado em artigo de Rafael Nascimento Gomes, mestre em história pela Universidade de Brasília e estudioso das questões latino-americanas.

Boa leitura a todos.

Juliano Medeiros

Diretor-presidente da Fundação Lauro Campos

"O gângster Eduardo Cunha continua influenciando no governo e no Congresso"

Glauber Braga

Cid Benjamin*

Filiado ao PSOL desde setembro de 2015, Glauber Braga é o atual líder do partido na Câmara dos Deputados. Ele veio do PSB, legenda pela qual foi eleito, e que deixou em 2015. Sua integração no PSOL foi imediata. "Eu já votava sempre com a bancada do partido", explica ele.

Glauber é um tipo raro na política. Tem sua base eleitoral no interior, em Nova Friburgo, na Região Serrana do Rio, onde nasceu, mas é um deputado "de opinião", da-

quele tipo que busca votos com propostas e ideias, e não com favores aos eleitores.

Ele se tornou quase uma celebridade nacional na votação do impeachment da presidente Dilma Roussef, quando, de dedo em riste para o então presidente da Câmara disparou, com direito a transmissão em cadeia nacional: "Eduardo Cunha, você é um gângster". Ali, Glauber verbalizou o que milhões de brasileiros gostariam de dizer a Cunha.

Para a entrevista à SOCIALISMO e LIBERDADE, no início da tarde de uma segunda-feira de calor, Glauber chegou

correndo, suado. Veio de uma "roda de conversa" no Largo da Carioca, no Centro do Rio. É uma atividade que consiste em conversar com pessoas na rua, usando um pequeno aparelho de som. Nela, o deputado dá informações sobre o que acontece na Câmara, presta contas de seu mandato e ouve as pessoas.

Depois da entrevista Glauber ainda teria uma reunião de debate político com filiados e simpatizantes do PSOL. No início da manhã do dia seguinte, viajaria a Brasília para retomar as atividades na Câmara.

A ORIGEM

“Sou de uma família que ajudou a construir o PDT no Estado do Rio. A primeira memória que tenho de uma campanha eleitoral é a do Darcy Ribeiro para governador, em 1986. Depois fiz um intercâmbio e passei um tempo na Espanha, na casa de uma revolucionária espanhola, militante antifranquista. De volta ao Brasil, quando tinha em torno de 18 anos de idade, me filiei ao PSB. Em 2006, com 23 para 24 anos me candidatei a deputado federal. Tive 51.259 votos e fiquei como primeiro suplente, tendo assumido o mandato faltando um ano e três meses para seu encerramento. Já tinha tido uma experiência como secretário de governo na prefeitura de Friburgo. Já no primeiro mês como deputado, ainda no recesso parlamentar, comecei a fazer audiências públicas na Praça Demerval Barbosa Moreira de Friburgo, prática que mantenho até hoje. Em 2010 fui reeleito.”

A OPÇÃO PELO PSOL

“O PSOL é um partido que integra o debate com a militância e o trabalho no parlamento, a formulação política com a prática. Isso não acontece em outras legendas. No PSB a discussão política profunda morreu. Já no PSOL os parlamentares são, antes de tudo, militantes. O meu primeiro contato com o PSOL se deu na relação com a sua bancada na Câmara de Deputados, em que eu via posições sempre coerentes. Uma vez tendo ingressado no partido, essa impressão se confirmou.”

O CONSERVADORISMO NO BRASIL E O PT

“Já vi gente defendendo que a sociedade está mais conservadora, depois de 14 anos de governos do PT. Mas já vi também gente afirmando que o conservadorismo aparece como reação a movimentos que reivindicam direitos,



“A reorganização da esquerda tem que se dar, em primeiro lugar, na resistência aos ataques do governo Temer aos direitos dos trabalhadores: a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, o congelamento dos investimentos em saúde e educação”

nas mais diversas áreas. De qualquer forma, é inegável que há uma escalada conservadora, por exemplo, na representação institucional que hoje compõe o Congresso. E, aí, as políticas e as ações do governo Temer exercem papel fundamental. Mas, voltando ao PT, penso que a grande questão é que, quando o governo Lula tinha amplas condições de estabelecer uma relação direta com a sociedade e fazer reformas estruturais, deixou de fazer isso em nome da governabilidade, e se acomodando em índices de popularidade momentânea. Mas governabilidade deve servir para você aplicar seu programa. Não pode ser um fim por si só.”

“É inegável que nos 14 anos de PT no governo houve avanços que devem ser reconhecidos mesmo por partidos, como o PSOL, que fizeram oposição à esquerda a ele: a valorização do salário-mínimo, a criação de ministérios voltados para a agenda identitária, o maior número de jovens das periferias chegando às universidades, as cotas etc. Mas, essa agenda, que garantiu ganhos a quem estava no topo e na base da pirâmide, não é mais possível. Esse momento histórico não existe mais. Não há mais lugar para um governo que agrade a todo mundo. Isso se tornou inviável. Hoje vivemos a não-conciliação pela direita, a colocação em prática de um projeto que retira direitos da base da pirâmide para garantir mais ganhos ao topo.”

A ESQUERDA

“O primeiro desafio para nós, de esquerda, é a construção prática de um projeto que leve à ampliação dos direitos para os trabalhadores brasileiros. A reorganização da esquerda tem que se dar, em primeiro lugar, em torno à resistência aos ataques do governo Temer aos direitos dos trabalhadores: a reforma da Previdência, a reforma trabalhista-

ta, o congelamento por 20 anos dos investimentos em saúde e educação. Para isso, temos que unir todos – partidos ou movimentos – que queiram resistir a esse projeto, tanto no plano institucional, como no não institucional. Isso tem que ser feito no parlamento e nas ruas. No caso das ruas, o melhor exemplo é o da Frente Povo Sem Medo, que unifica partidos, movimentos e entidades e tem feito um belo trabalho na mobilização dos trabalhadores contra esses ataques. É a partir dessa resistência aos ataques do governo Michel Temer que passos maiores para a esquerda serão preparados.”

O PAPEL DO PSOL NA REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA

“O PSOL é quem tem mais possibilidades de apresentar um projeto alternativo tanto ao projeto de conciliação implementado pelo PT, como a esse projeto de Temer, PSDB, PMDB e companhia, de ataque frontal aos direitos dos trabalhadores. Só quem pode fazer isso

é quem não participou da implementação desses dois projetos. A tendência é que a cúpula do PT fique refém da defesa do legado dos 14 anos do partido no governo federal. Quem tem melhores condições para apresentar uma alternativa é o PSOL, dialogando com outros segmentos socialistas, progressistas e democráticos e tendo uma postura que facilite a articulação desse campo.”

A TRAMITAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

“A maioria do Congresso brasileiro é muito reacionária. Mas isso não significa que na reforma da Previdência a direita vá ter as facilidades que teve para aprovar a PEC 55. É uma situação diferente. No Congresso já se vê o desconforto de parlamentares da base do governo. O próprio relator da matéria, Artur de Oliveira Maia, antes dizia que ia fazer todas as audiências públicas até o mês de março, mas hoje admite que vários pontos da proposta não terão maioria. Ele já está sentindo a pressão exercida

pela sociedade. Quando até Moreira Franco diz que provavelmente o PMDB não fechará questão em relação a todos os pontos é porque está sentindo a rejeição das pessoas. Isso tudo me dá esperanças de que a reforma da Previdência possa ser um ponto de virada. É possível que, a partir dela, tenhamos ao nosso lado inclusive gente que não se mobilizou inicialmente contra o golpe.”

“Conto uma história. Alguns dias depois do impeachment da Dilma, eu estava caminhando na rua de uma cidade do interior e encontrei um senhor conhecido, que quase se recusou a me dar a mão. Falou comigo de cara amarrada. Eu disse: ‘Por respeito, vamos nos cumprimentar.’ Ele respondeu: ‘Vou te cumprimentar só por respeito.’ Pois há poucas semanas nos encontramos de novo. E ele tomou a iniciativa de vir falar comigo e pediu: ‘Pelo amor de Deus, não deixe que eles aprovem essa reforma da Previdência’. Por isso é fundamental que a gente tenha paciência e tente trazer para o nosso lado mesmo

“A maioria do Congresso é muito reacionária. Mas isso não significa que na reforma da Previdência a direita vá ter as facilidades que teve para aprovar a PEC 55. É uma situação diferente. No Congresso já se vê o desconforto de parlamentares da base do governo”



quem no primeiro momento não esteve conosco, mas que agora pode ter um papel fundamental para barrar esses ataques do governo Temer.”

“Vai ser fácil derrotar a reforma da Previdência? Não. Mas não é bravata dizer que é possível barrá-la. Ela é algo que as pessoas compreendem com mais facilidade do que a PEC 55. E a pressão das ruas pode inviabilizar sua aprovação. A gente no Congresso ouve dos parlamentares que eles estão sendo cobrados em seus estados. Quanto mais as pessoas se informam de que não há déficit da Seguridade Social e que o governo está trabalhando em cima de uma mentira, mais se revoltam ao ver que estão perdendo direitos básicos. A pressão sobre os parlamentares está crescendo e, quanto mais isso acontecer, mais dificuldades eles terão para aprovar essa reforma, que é, na verdade, um desmonte da Previdência pública.”

UM POSSÍVEL DESCARTE DE TEMER E A DEFESA DAS DIRETAS

“Não é impossível que Michel Temer seja descartado caso sejam aprovados os três pontos principais de seu programa – a PEC 55, a reforma da Previdência e a reforma trabalhista. Aí, ele seria substituído por alguém eleito pelo Congresso. Já há um precedente desse tipo de comportamento. Eduardo Cunha foi usado para aprovar o impeachment e, depois, descartado. A acusação contra ele já estava no STF desde dezembro, mas só foi usada depois da votação do impeachment. É possível que façam isso, mas esse processo ainda não está em curso. De qualquer forma, alguém eleito por esse Congresso não seria coisa melhor do que Temer. E ele pode próprio poderia ser indicado. Por isso defendemos eleições diretas.”

“Só eleição direta poderia dar legitimidade a um novo presidente. De vez em quando se ouve: ‘Ah, mas quem

FOTOS: VERA SIQUEIRA



“De vez em quando se ouve: ‘Ah, mas quem votou na Dilma votou no Temer’. Só que ninguém votou nesse programa que está sendo aplicado pelo Temer – o tal ‘Ponte para o futuro’. Ninguém votou nesse desmonte do Estado”

votou na Dilma votou no Temer’. Só que ninguém votou nesse programa que está sendo aplicado pelo Temer – o tal ‘Ponte para o futuro’. Ninguém votou nesse desmonte do Estado.”

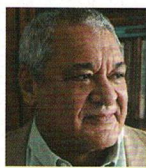
ALAVA-JATO

“A partir do momento em que a operação investigasse cumplicidades entre o grande capital e mandatários, com o primeiro capturando a máquina do governo para seus interesses próprios, a Lava-Jato poderia jogar um papel importante. Mas a atuação seletiva e o desrespeito a direitos fundamentais, presentes nela, abrem precedentes que podem significar a retirada de direitos em cadeia, em especial para os mais pobres, que são sempre as grandes vítimas. Nenhum poder pode se sentir onipotente, como se pudesse fazer tudo.”

“Então, desvendar a corrupção e gerar instrumentos do poder público para diminuí-la, é positivo. Utilizar uma operação com aparato judicial de forma seletiva e desrespeitando direitos e garantias fundamentais é negativo e perigoso.”

EDUARDO CUNHA

“Se eu manteria a afirmação de que ele é um gângster? Sem dúvida. E digo mais: é um gângster que continua com enorme influência nos destinos do governo Temer e no Congresso, operando de dentro da unidade prisional. Eu entenderia essa qualificação de gângsteres a outros congressistas. Cunha é a representação simbólica de todo um enorme grupo. Sua agenda é privatizante nas relações econômicas, conservadora nos costumes, reacionária nos direitos, autoritária na forma de agir e mercantil nas relações pessoais.”



*Editor-chefe da revista SOCIALISMO & LIBERDADE

Fotos: Vera Siqueira

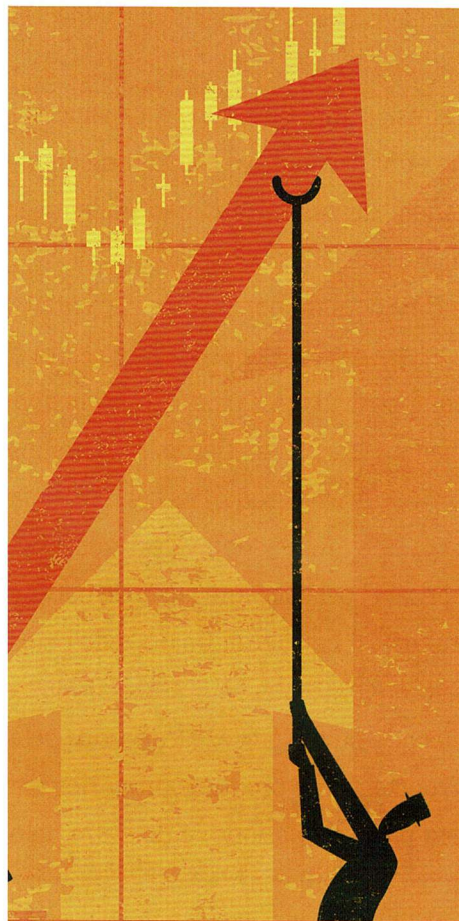
Diretrizes de um **programa econômico** para 2018

ZACKERY BLANTON



Pensar um programa econômico de esquerda para 2018 passa por entender que este deve estar conectado com a luta política real em curso, travada nos marcos de um capitalismo periférico, dentro de um ordenamento jurídico adverso e cujos limites estão diretamente vinculados à correlação de forças possível de ser estabelecida neste período político. Vivemos desde a posse de Michel Temer a mais profunda ofensiva contra as conquistas da Constituição de 1988. O Estado, como garantidor de direitos universais, está sendo demolido para ser substituído pela ideia de Estado com políticas sociais focadas apenas no contingente da população que não puder garantir no mercado privado esses direitos. O desmonte da Previdência pública, o sucateamento do SUS e da educação gratuita, a progressiva redução do papel dos bancos públicos, a precarização do trabalho e o fim das políticas de conteúdo nacional nas compras da Petrobrás fazem parte dessa operação.

De uma forma geral o programa da esquerda para 2018 deve reafirmar a necessidade de um Estado nacional capaz de garantir a universalização de direitos, de assegurar transferências de renda das camadas mais ricas para as parcelas da população mais pobres, garantir condições de crescimento econômico com significativa melhoria nos índices de distribuição de renda. Enunciar estes princípios gerais é a parte mais fácil, mas a sua efetiva viabilização só será possível com a solução de alguns problemas centrais da economia brasileira, entre os quais estão a mudança radical da política monetária, com a redução da taxa básica de juros sobre a dívida pública a patamares próximos à inflação esperada, com a garantia de uma taxa



O programa da esquerda para 2018 deve reafirmar a necessidade de um Estado capaz de garantir a universalização de direitos, de assegurar transferências de renda das camadas mais ricas para a população mais pobre, garantir condições de crescimento econômico com significativa melhoria nos índices de distribuição de renda

de câmbio que viabilize a competitividade internacional para a nossa indústria de transformação. Mais: com uma reforma tributária que desonere produção e consumo e onere progressivamente patrimônio e renda, com a retomada de uma política de compras governamentais com prioridade para fornecedores nacionais, com o desenvolvimento de uma diplomacia comercial Sul-Sul reforçando e ampliando o Mercosul, dentro de uma compreensão de que, a partir da crise de 2008, cresce o protecionismo econômico no planeta e as barreiras comerciais dos principais blocos econômicos às importações.

O principal problema a ser enfrentado é a taxa de juros sobre a dívida pública. Responsável por 81% do déficit fiscal nominal de 2015, ela impõe um constrangimento inaceitável à capacidade de o Estado brasileiro fazer os investimentos necessários ao resgate da enorme dívida social do país. A sustentabilidade da dívida com esta taxa, hoje em mais de 7% de juros reais ao ano, descontada a inflação esperada, só é possível com a geração de enormes superávits fiscais primários. Derubar a taxa de juros, no entanto, não é apenas um ato de vontade política. O Banco Central fixa a meta da taxa de juros, mas é necessário que os agentes econômicos confiem em que a moeda nacional continuará cumprindo seu papel de reserva de valor e não será corroída por processos inflacionários descontrolados. Para isso é necessário que outros mecanismos de controle inflacionário sejam usados. Sobrevivem no Brasil mecanismos de indexação que projetam para a frente a inflação passada, em geral atrelados à defesa do capital e do patrimônio. Serviços públicos concessionados à iniciativa privada, como coleta de lixo, transporte público e pedágios, têm cláusulas de reajuste anual e mesmo contratos

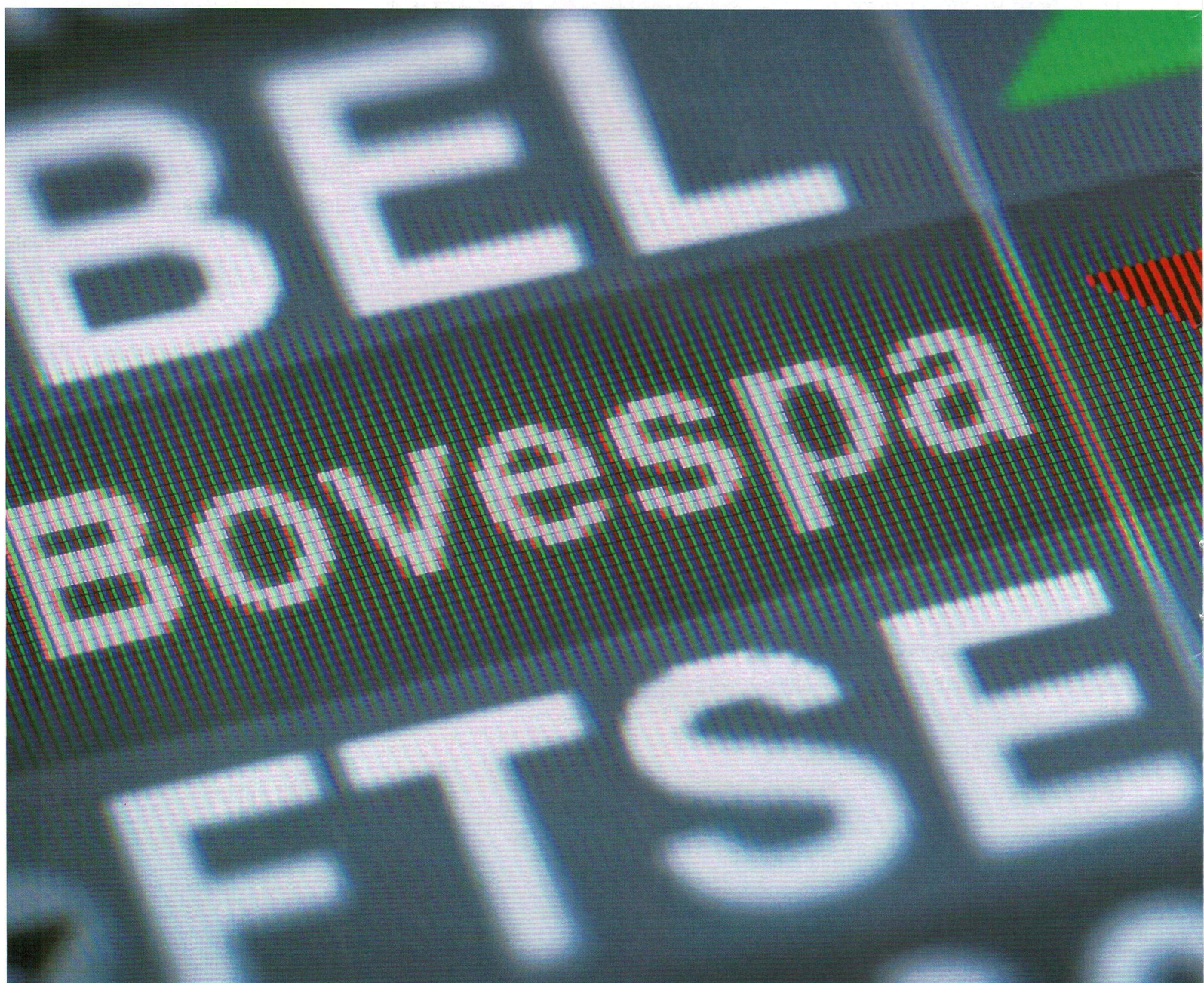
de aluguel de 30 meses têm cláusulas de reajuste anual atrelado a índices inflacionários, enquanto o capital tenta desindexar salários, pensões e benefícios sociais do salário-mínimo. Este é um dos cenários mais ocultos da luta de classes, onde um dos lados tenta manter sua renda perfeitamente indexada, enquanto clama pela desindexação da renda do outro.

Da mesma forma mecanismos de regulação da liquidez da economia podem ser usados, como os depósitos compulsórios sobre depósitos à vista nos bancos. Não se deve imaginar que a disputa em torno da taxa de juros seja de fácil resolução, porque envolve enormes interesses do setor financeiro e de parte do setor produ-

tivo brasileiro que tem uma parcela do seu lucro ancorado em receitas financeiras. A força política, a capacidade de enfrentamento e o poder de chantagem desses setores não podem ser menosprezados.

Um segundo ponto a ser enfrentado é a taxa de câmbio capaz de garantir a competitividade da indústria transformadora brasileira. Desde 1994 temos convivido recorrentemente com uma taxa de câmbio sobrevalorizada, responsável pela desagregação do parque industrial brasileiro. De um lado pelos saldos comerciais elevados produzidos pelos altos preços alcançados pela exportação de produtos primários em boa parte do período, e de outro pelo enorme diferencial da taxa de juros in-

terna para a taxa média internacional, servindo como estímulo à entrada de capitais especulativos de curto prazo. Os salários médios da indústria são mais do dobro dos salários do setor de serviços, excetuando comércio, e cerca do triplo dos salários do comércio. Mecanismos de controle do fluxo de capitais, que tanto podem ser pela via da centralização do câmbio, como pela via de imposição de mecanismos de quarentena, como os adotados no Chile, e capacidade de acumular reservas internacionais sem que isso resulte em ampliação dos déficits do Orçamento, o que pressupõe ter equacionado a questão da taxa de juros, são essenciais para garantir que o Brasil deixe de ser o parque de diversões do capital



especulativo internacional.

O terceiro ponto é a necessária reforma tributária. No Brasil, a maior parte dos impostos e contribuições é indireta, incidindo sobre produção e consumo, como o IPI, o ICMS, o ISS e outros, penalizando proporcionalmente os mais pobres. Os impostos diretos sobre a renda e a propriedade - Imposto de Renda, heranças, Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), IPTU e IPVA - respondem pela menor parte da arrecadação fiscal, na contramão de todos os países do G20 e da OCDE.

A progressividade máxima do Im-

posto de Renda no Brasil é de 27,5%, enquanto nos EUA é de 39,6%. A alíquota máxima do Imposto sobre Heranças é de 8% e na média é de 3,86%, enquanto nos EUA a alíquota máxima é 45% e a média 29%; na Inglaterra, a alíquota média chega a 40%.

O Brasil é, desde 1995, um dos únicos países do mundo em que distribuição de lucros e dividendos é isenta de Imposto de Renda. Estudo do IPEA de 2015 mostra que esse imposto tinha potencial arrecadatório de R\$ 43 bilhões.

Aumentar a progressividade do Imposto de Renda, restabelecer a cobran-

ça do IR sobre a distribuição de lucros e dividendos, instituir um imposto federal compartilhado com os estados sobre heranças, a forma eficiente de se tributar grandes fortunas, com alíquotas fortemente progressivas, são os rumos a serem seguidos.

O quarto ponto é redimensionar o papel dos bancos públicos: BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica, reafirmando o papel do primeiro como agência de fomento e principal agente do financiamento de investimentos de longo prazo, seja no Brasil, seja na exportação de bens e serviços, e o papel do BB e da Caixa para além do financiamento agrícola e imobiliário, que já os caracterizam como concorrentes dos bancos privados no crédito ao consumo.

O sucesso da política monetária em reduzir os custos da dívida pública, da reforma tributária em financiar de forma adequada e mais justa o Estado e o crescimento da atividade econômica decorrente do sucesso dessas medidas dará à União capacidade orçamentária para ampliar seus investimentos em infraestrutura e financiar adequadamente os gastos da União, recuperando plenamente seu papel como garantidor dos direitos sociais básicos.

Para um partido socialista, que se propõe a superar a sociedade de classes, este pode parecer um programa recuado e insuficiente. Para as condições objetivas em que se trava a luta política no Brasil, se em quatro anos parte razoável deste programa tiver sido implementado será uma vitória de dimensões históricas das classes trabalhadoras.

O sucesso da política monetária em reduzir os custos da dívida pública, da reforma tributária em financiar de forma adequada e mais justa o Estado e o crescimento da atividade econômica decorrente do sucesso dessas medidas dará à União capacidade orçamentária para ampliar seus investimentos em infraestrutura e financiar adequadamente os gastos da União, recuperando plenamente seu papel como garantidor dos direitos sociais básicos



***Economista,
dirigente nacional
do PSOL**



MÍDIA NINJA

2018 SE DECIDE HOJE

Bernadete Menezes*

Dia 8 quando a mulherada em todo o mundo ocupou as ruas das grandes cidades, no Brasil não foi diferente. As brasileiras abriram caminho para a virada que se viu no dia 15 de março. Era a revolta do povo contra o caos que se instalou no país.

Esse início de virada pode tomar uma força vigorosa com a greve geral marcada para o dia 28 de abril e aprovada conjuntamente pelas centrais sindicais.

O motor desta virada é que o golpe mostrou sua verdadeira cara. Recessão, desemprego em massa,

desnacionalização, desindustrialização, crescimento brutal da violência nas cidades, quebraadeira dos estados e municípios, intervenção da Força Nacional contra os movimentos sociais, desmonte dos serviços públicos e da proteção social, ataque a direitos históricos da classe trabalhadora e, em particular, das mulheres, negros e negras, e imoral concentração de renda e riqueza.

Combinada à força das ruas a crise política tem aumentado dia a dia. Ministros e parlamentares governistas presos, processados, o próprio Temer envolvido em corrupção e na iminência de ser cassado. Mas este governo, que tem como único projeto alinhar o Brasil à globalização imperialista, aos ditames do mercado financeiro e à entrega do país para as grandes corporações internacionais, agoniza mas não morre. O que o mantém protegido pela mídia, a Justiça e os empresários é a pauta de ataques aos trabalhadores e ao nosso povo.

UM CONTINENTE POLARIZADO

O Brasil não foge à regra da polarização por que passa nosso continente. Está em curso uma tentativa violenta de recolonização da América Latina.

A onda de eleições de governos progressistas era a resposta de um povo acuado por sucessivos planos neoliberais e que fazia uma aposta em outro rumo. Mas como produto desta polarização assistimos, por outro lado, a golpes institucionais como em Honduras, no Paraguai, em nosso país e, agora mesmo, na Venezuela, onde o parlamento tenta empossar três deputados impugnados por compra de votos, só para garantir maioria absoluta e poder alterar a Constituição.

Essa polarização põe em cheque os governos progressistas, pois a crise internacional obriga esses países a

Combinada à força das ruas, a crise política tem aumentado dia a dia. Ministros e parlamentares governistas presos, processados, o próprio Temer envolvido em corrupção e na iminência de ser cassado. Mas este governo (...) agoniza mas não morre. O que o mantém protegido pela mídia, a Justiça e os empresários é a pauta de ataques aos trabalhadores

avançar, sob pena de perder a confiança do povo de serem alternativa de mudança.

Portanto, se a primeira década deste século encontrou a América Latina começando a pagar a dívida social com nossos povos, a continuidade de economias apoiadas somente na venda de *commodities*, não avançando para uma integração e para reformas estruturais, como parte de um projeto de nação soberana, levará inevitavelmente ao retrocesso.

EM 2018 PODE HAVER UM VOTO À ESQUERDA NO BRASIL

A cada ação de ataque às conquistas e direitos de nosso povo implementado por Temer e o Congresso, os setores sociais de esquerda crescem no país. Nas marchas, ouvimos as buzinas de apoio, os polegares para cima dentro dos ônibus, a excelente receptividade a nossos jornais e panfletos, as bandeiras de sindicatos, partidos e frentes (Povo Sem Medo e Brasil Popular) voltaram às manifestações. O povo acordou e à esquerda.

Partidos vistos pelo povo como contrários a esse governo têm se fortalecido. Nós do PSOL, o PCdoB e, em particular, o PT, que é o maior partido. A presença de Lula nos atos tem aumentado a audiência deles, fortalecendo a necessária frente ampla social para derrotar o golpismo em nosso país. Por outro lado, abre um debate decisivo entre nós sobre os caminhos a tomar.

Essa possível mudança na correlação de forças e o aumento de consciência na sociedade diante dos ataques enfraquecem os setores do PT que queriam entrar no governo Temer. Por outro lado, fortalecem a estratégia do salvador da pátria e de todos a 2018! Mas 2018 se decide agora. Só avançando em uma politização maior

de nosso povo, no enfrentamento aos planos neoliberais, se poderá chegar a uma nova correlação de forças, para garantir um programa que avance em medidas estruturais e dar um passo adiante. Não com medidas paliativas apenas de diminuição da pobreza, mas na construção fundamental de um projeto para o país.

Mudar a correlação de forças tem uma importância estratégica. Portanto, esquecem os petistas que a frente ampla social e as mobilizações de hoje vão determinar o futuro, se Lula poderá ou não ser candidato e até se haverá ou não eleições.

UM PROGRAMA PARA UM PAÍS CONTINENTAL

Qualquer governo que se autointitule de esquerda e que assuma o Poder Executivo em 2018 tem que partir de três questões. Primeiro, anular as medidas do governo golpista de Temer, revogar os cortes de verbas dos setores públicos e o aumento da DRU (Desvinculação das Receitas de União), as contrarreformas, as terceirizações, a Lei do Ensino Médio etc. Segundo, desenvolver um programa de emergência de erradicação da pobreza, combatendo o desemprego e reduzindo drasticamente as horas de trabalho. Por último, compreender que este é um país rico. Somos a nona economia do mundo. Temos uma população jovem, somos ricos culturalmente, temos uma biodiversidade fantástica, num país continental. Portanto, nosso programa não pode se restringir ao que tem proclamado Lula, o aumento do Bolsa-Família, o Seguro-Desemprego e os empréstimos consignados. Assumir em 2018 para fazer mais do mesmo, parafraseando Marx, seria uma farsa!

Um projeto para o Brasil não será obra de um partido, ou de uma instituição, será construído a partir das

Nosso programa não pode se restringir ao que tem proclamado Lula, o aumento do Bolsa-Família, o Seguro-Desemprego e os empréstimos consignados. Assumir em 2018 para fazer mais do mesmo, parafraseando Marx, seria uma farsa!

necessidades e potencialidades de nosso povo. Neste sentido, a resolução do PSOL de iniciar o debate sobre programa com a militância, mas ouvindo as entidades dos movimentos sociais, da academia e de outras instituições é o início de um processo na elaboração deste programa.

Será um desafio. Trata-se de um novo programa para um novo período histórico, capaz de orientar a disputa de hegemonia na sociedade e ser o antídoto para o pragmatismo e o oportunismo que, globalmente, têm dominado a ação política da esquerda.

Em meio à crise de um capitalismo cada vez mais destrutivo, cabe à esquerda criticar não só as propostas de gestão civilizadora do mercado, que encantou e ludibriou a administração petista, mas também as propostas que historicamente ignoraram os limites naturais do planeta. Neste sentido, defendemos seis princípios a partir dos quais deveremos trabalhar um programa construído no limiar de uma era.

- Democratização do poder político.
- Enfrentamento da crise com direcionamento da política econômica para o social.
- Distribuição da riqueza e da renda.
- Defesa do meio-ambiente e mudança da estrutura produtiva nacional.
- Integração regional dos povos.
- Desenvolvimento humano, liberdade, respeito e valorização da diversidade como princípios, tanto de gênero como de raça.

Estes princípios devem orientar um programa que rompa com a globalização financeira. Em defesa de nossa moeda e rompendo a supremacia do dólar como reserva internacional e de proteção em relação aos países ricos, desenvolveremos a solidariedade com os países dependentes, como nós, a retomada de parceria com os Brics e a integração latino-americana.

Da mesma forma, devemos ter um efetivo controle de capitais e das transações financeiras e comerciais. Auditaremos a dívida pública e faremos uma redução drástica dos juros aplicados no país, assim como uma reforma tributária.

Desenvolveremos uma defesa radical da democratização do poder político, de forma que a população possa se expressar através de plebiscitos e referendos sobre temas de importância nacional. E faremos uma democratização dos meios de comunicação.

É preciso ter como princípio a defesa do meio-ambiente, na qual o Estado tenha uma política planejada de pre-

servação dos recursos naturais, direcionando o investimento público para atividades com uma nova matriz energética, de energia renovável e limpa. Que tenha uma matriz de transporte baseada no deslocamento sobre trilhos e no uso de veículos de transporte coletivo e não individual.

Que respeite e valorize a diversidade como um princípio básico do desenvolvimento humano.

Que coloque a soberania nacional como central para qualquer projeto de nação, na perspectiva de superação do sistema capitalista.

Estes eixos podem ser a base para a elaboração de um programa de supe-

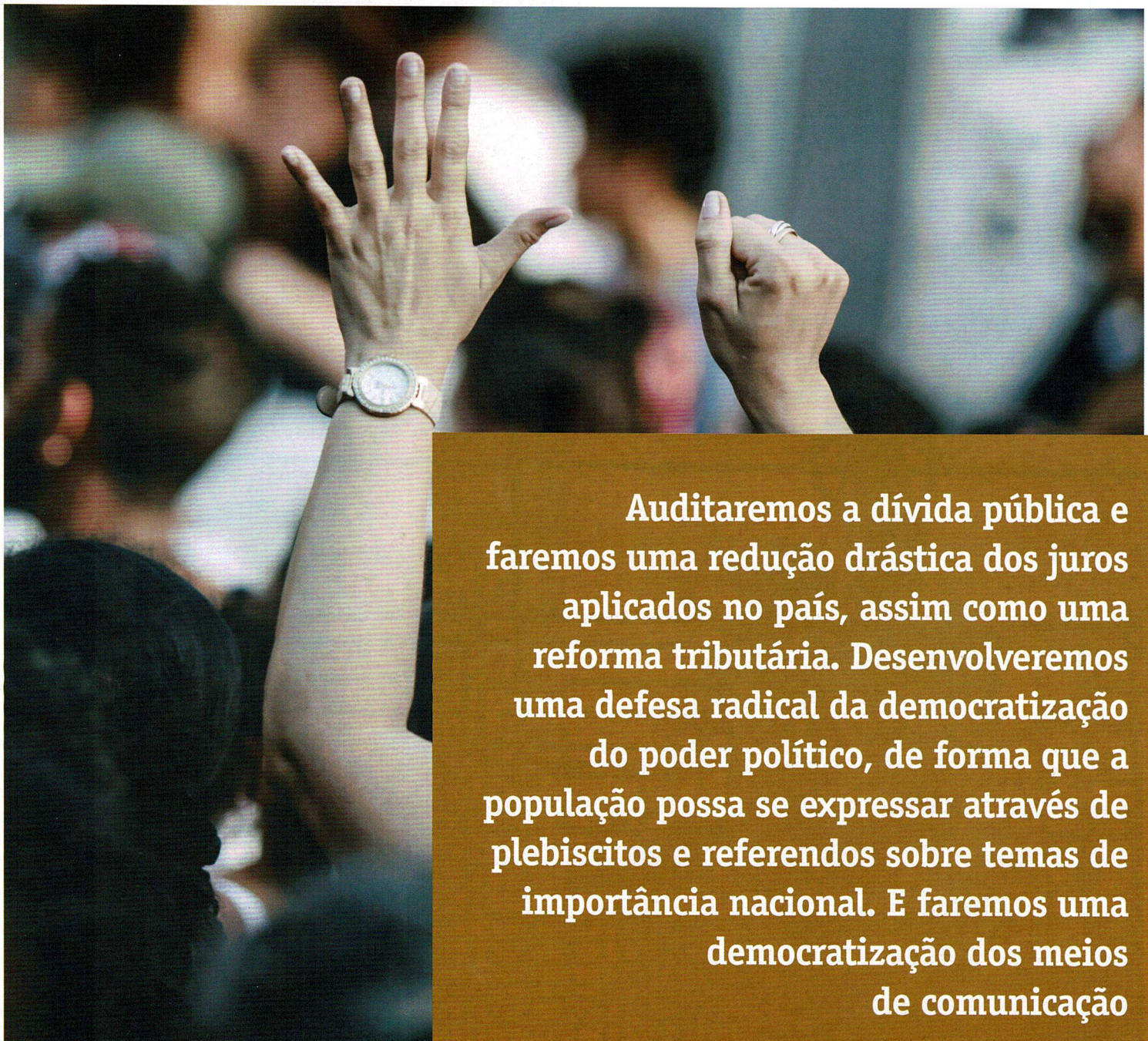
ração da crise e para que o PSOL se torne mais e mais influente na sociedade, nas lutas cotidianas e nas eleições em 2018.

Várias iniciativas devem ser tomadas para que os eixos deste programa sejam enriquecidos, como a realização de debates públicos pelo PSOL e pela nossa fundação em nível nacional, envolvendo partidos, frentes, movimentos, personalidades políticas e setores de esquerda que possam contribuir com este programa.



***Dirigente nacional do PSOL e da Intersindical**

MÍDIA NINJA



Auditaremos a dívida pública e faremos uma redução drástica dos juros aplicados no país, assim como uma reforma tributária. Desenvolveremos uma defesa radical da democratização do poder político, de forma que a população possa se expressar através de plebiscitos e referendos sobre temas de importância nacional. E faremos uma democratização dos meios de comunicação

A terceirização e as ofensivas do capital no mundo do trabalho

Clarissa Maçaneiro Viana*



Em seu primeiro pronunciamento oficial como presidente da República, em 31 de agosto de 2016, Michel Temer, o ilegítimo, já apresentava a defesa de mudanças nas normas trabalhistas sob o argumento de “modernização” destas com vistas à geração de novos empregos e garantia dos atuais.

A demanda do empresariado pela aplicação de uma contrarreforma trabalhista, a qual, junto da famigerada reforma da Previdência, consiste em uma das agendas prioritárias do atual governo, localiza-se dentro de um quadro maior de transformações no mundo do trabalho que ocorre no Brasil a partir dos anos 1980.

O complexo de reestruturação produtiva, combinado com a mundialização do capital, a financeirização das riquezas e o surgimento do neoliberalismo, é parte integrante de uma nova temporalidade histórica do capital que surge em resposta à crise da década de 1970. Fazem-se presentes modificações organizativas e simbólicas para a intensificação do trabalho e o aumento da taxa média de lucro, com vistas a recompor os índices de valorização do capital em um contexto de crise do investimento produtivo.

A chamada quarta revolução tecnológica, com a constituição das novas tecnologias de informação e comunicação, junto das inovações organizacionais e do surgimento do toyotismo, traz efeitos bastante visíveis na morfologia da classe trabalhadora. Ocorre uma progressiva redução do proletariado industrial, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista, que proporcionava empregos estáveis e especializados, em prol do aumento de ocupações mais desregulamentadas, com altos índices de rotatividade e localizadas principalmente no setor de serviços.

Outra tendência é o aumento da par-

ticipação das mulheres no mercado de trabalho, sendo possível identificar o que Helena Hirata intitula de “processo de bipolarização dos empregos femininos”: se por um lado parcela das mulheres passa progressivamente a obter maior qualificação profissional e a ascender a ocupações de alto valor social e antes exclusivas aos homens, como a medicina, a advocacia, a docência universitária e os cargos de liderança em grandes empresas, por outro lado há uma grande massa de mulheres que se mantém nos empregos tradicionalmente femininos (conhecidos como guetos ocupacionais). A discrepância salarial existente entre homens e mulheres é identificável em todos os níveis de escolaridade, sendo maior quando combinada com o recorte racial – dados recentes da PNAD indicam que, no Brasil, a mulher negra percebe 40% do salário recebido por

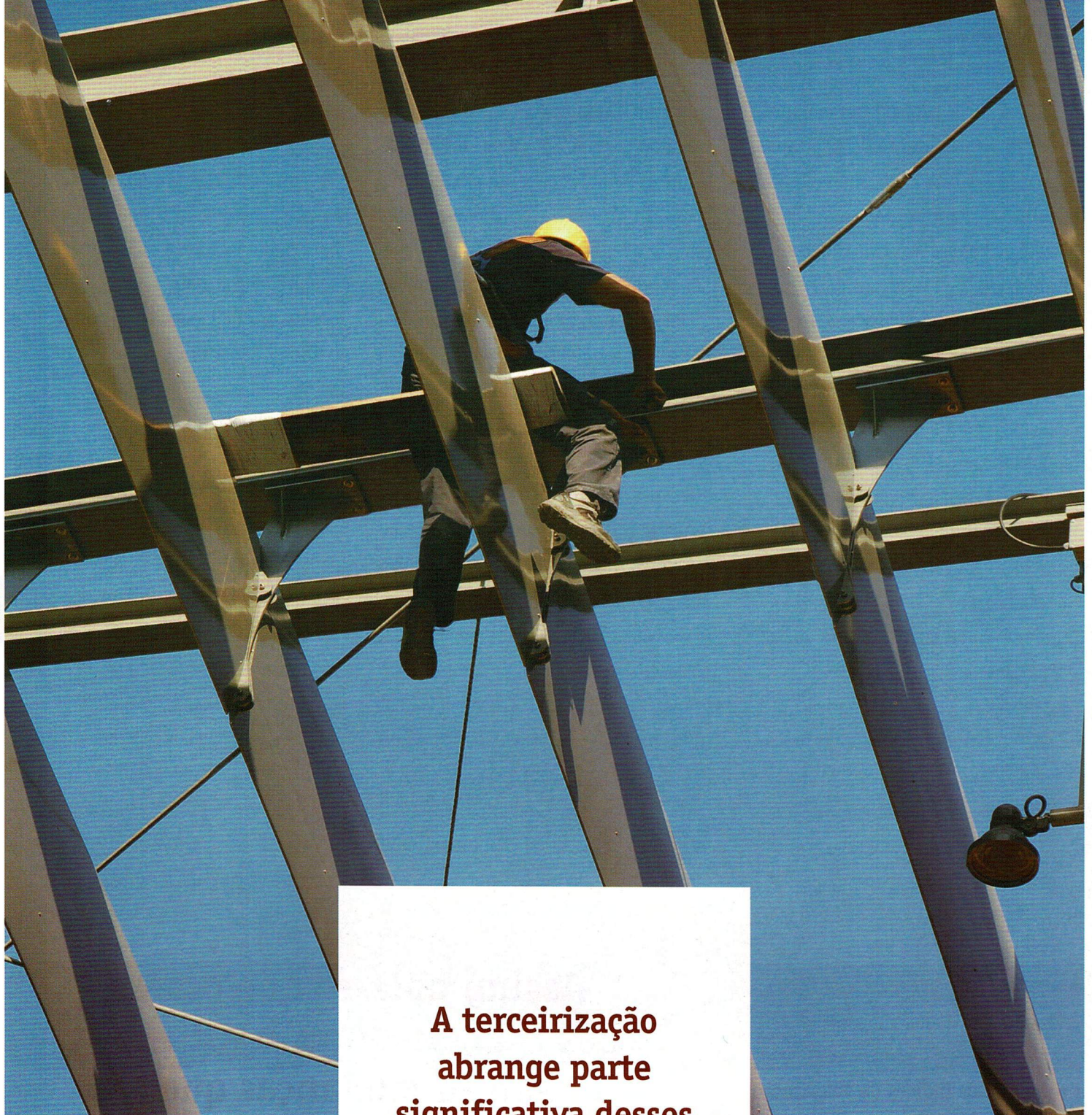
um homem branco.

Paralelamente, a população jovem se vê cada vez mais sem perspectivas de emprego, consistindo na faixa etária com maior presença na população desempregada e naqueles alocados nas ocupações mais precárias, como o trabalho no teleatendimento e nas redes de fast-food.

Assim, nota-se que o perfil dos trabalhadores brasileiros sofreu mudanças que são centralmente balizadas pela **crescente precariedade**. O tardio capitalismo dos países periféricos não pode prescindir de altos níveis de informalidade e baixa garantia de direitos a fim de assegurar a sub-remuneração da mercadoria força de trabalho, em consonância com o processo de divisão internacional do trabalho.

Para situar o debate na atual conjuntura político-econômica é vital abordar a **política para o emprego duran-**

Assim, nota-se que o perfil dos trabalhadores brasileiros sofreu mudanças que são centralmente balizadas pela crescente precariedade. O tardio capitalismo dos países periféricos não pode prescindir de altos níveis de informalidade e baixa garantia de direitos a fim de assegurar a sub-remuneração da mercadoria força de trabalho, em consonância com o processo de divisão internacional do trabalho



**A terceirização
abrange parte
significativa desses
empregos, vindo
acompanhada,
no Brasil, da alta
rotatividade, do
autoritarismo nas
relações de trabalho
(com formas
mais agressivas
de gestão da mão
de obra) e da
difícil organização
da massa de
trabalhadores por
local de trabalho**

te o lulopetismo. Esta, segundo Ruy Braga, possuiu um caráter dúbio onde houve uma combinação entre formalização e precarização do trabalho. Entre 2004 e 2008 houve um boom de crescimento de postos de trabalho formais, principalmente no setor de serviços, com garantia ao registro na carteira de trabalho e acesso aos direitos previstos na CLT, de modo que o desemprego, que em dezembro de 2002 estava na faixa de 10,5%, em dezembro de 2010 havia caído para 5,3%. A característica primária desses novos postos criados, como já mencionado, era a precariedade, tanto em termos salariais como em condições de trabalho. Dos 2,1 milhões de empregos for-

mais criados nos governos Lula, dois milhões tinham remuneração de até 1,5 salário mínimo.

A **terceirização** abrange parte significativa desses empregos, vindo acompanhada, no Brasil, da alta rotatividade, do autoritarismo nas relações de trabalho (com formas mais agressivas de gestão da mão de obra) e da difícil organização da massa de trabalhadores por local de trabalho.

Alguns segmentos que sofreram forte impacto com a externalização da mão de obra a partir dos anos 1990 foram o setor bancário (com aproximadamente 400 mil empregos perdidos em dez anos), onde a terceirização implicou a criação de promotoras

de créditos, empresas de correspondente bancário, *call centers* e internet bankings; o setor elétrico, com a criação de empresas interpostas para a absorção das atividades de leituristas, entrega de faturas, eletricitistas e SAC; o setor petrolífero, através da externalização da análise laboratorial, manutenção e perfuração de poços; e a construção civil, com o surgimento dos contratos de empreitada e subempreitada e das empresas construtoras e incorporadoras. Inobstante, a terceirização faz-se cada vez mais presente também na administração pública, inicialmente nas atividades de asseio, conservação, limpeza e segurança, com o progressivo avanço para o que hoje são as Organizações Sociais (OS) na saúde, fundações de apoio às universidades, a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), dentre tantas outras.

É possível notar uma mudança na perspectiva da terceirização dentro das formas de gestão da mão de obra no Brasil: ela deixa de ser um fenômeno residual e complementar à estrutura da produção para, no início dos anos 2000, passar a consistir em uma **estratégia estrutural para a redução de custos**.

Os efeitos para a classe trabalhadora são graves. Como as empresas terceirizadas não investem em segurança no trabalho e usualmente abarcam as profissões com maior risco à saúde do empregado, os índices de acidentes são absurdamente discrepantes se comparados aos das empresas tomadoras – estima-se que quatro a cada cinco acidentes de trabalho ocorram com empregados de empresas terceirizadas.

A remuneração média dos empregados terceirizados é menor que a dos empregados de empresas tipicamente contratantes, ao passo que aqueles trabalham em média três horas a mais por

É possível notar uma mudança na perspectiva da terceirização dentro das formas de gestão da mão de obra no Brasil: ela deixa de ser um fenômeno residual e complementar à estrutura da produção para, no início dos anos 2000, passar a consistir em uma estratégia estrutural

semana do que estes. Também são os terceirizados a maioria dentre os trabalhadores resgatados pelos auditores fiscais do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo – entre os dez maiores resgates feitos pelos auditores, quase três mil trabalhadores eram terceirizados, enquanto 555 eram contratados diretos.

Ainda – e não por acaso – a pulverização dos trabalhadores oriunda da terceirização implica mais dificuldades para a sua organização sindical e consequente reivindicação de melhores reajustes salariais e condições de trabalho.

O PL 4302/98, aprovado na Câmara em 22 de março e encaminhado à Presidência para sanção, tem na expansão desse processo seu centro. Busca-se autorizar a terceirização das atividades-fim das empresas, hoje vedada pela Súmula 331 do TST, e impossibilitar qualquer possibilidade de declaração de vínculo com a empresa tomadora ou a responsabilização desta de forma solidária em relação às obrigações trabalhistas. Frisa-se que o projeto de lei em questão é bastante insuficiente em suprir as muitas lacunas abertas a partir dessa expansão, como as referentes à representação sindical dos empregados terceirizados.

As tentativas de ampliação da terceirização no Brasil, portanto, não podem ser vistas de forma apartada de suas consequências nefastas para a classe trabalhadora. É a partir daí que impera o absoluto rechaço às tentativas do desgoverno Temer de aprovar a toque de caixa a reforma trabalhista e a importância da resistência da classe trabalhadora no enfrentamento a mais esse golpe.



***Advogada trabalhista e secretária-geral do PSOL Paraná.**

A "atual" crise no sistema carcerário brasileiro

Nana Oliveira*



O discurso de crise sempre me remete a algo pontual, com uma delimitação estreita no tempo, por isso falar de crise do sistema carcerário brasileiro parece, no mínimo, cínico. Em 2007 quando foi instalada Comissão Parlamentar de Inquérito pela Câmara de Deputados se falava em crise e, em 2017, novamente estamos falando em crise. Compreendo que estamos mais para um quadro crônico do que para um mapa agudo, principalmente se considerarmos a instalação da segunda CPI do Sistema Carcerário, com relatório em 2015, que também teve como justificativa uma “crise” ocasionada pela rebelião no Complexo Prisional de Curado em Recife.

Entretanto o discurso da “crise” é reinaugurado em 1º de janeiro de 2017, com a rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, onde 56 pessoas em privação de liberdade foram mortas, acontecimento amplamente divulgado na mídia. Porém, dessa vez por meio de uma perspectiva mais perversa que as anteriores.

O Brasil é o quarto país em população carcerária no mundo, sendo que em dezembro de 2007 tínhamos uma população carcerária de 422.590 pessoas e dispúnhamos de apenas 275.194 vagas (CPI do Sistema Carcerário, 2009, p. 70). O sistema penitenciário brasileiro contradiz a lei da física que afirma a impossibilidade de dois corpos ocuparem o mesmo lugar no espaço. Nessa época já tínhamos um alto número de presos provisórios, 34,43%, em detrimento de uma disponibilidade de vagas para apenas 21,88% (CPI do Sistema Carcerário, 2009, p. 72 e 73).

O Legislativo federal não se fez surdo à superlotação e ao número absurdo de presos provisórios e aprovou, em



ERLON RODRIGUES/ASSESSORIA DE IMPRENSA DA PCAM

O Brasil é o quarto país em população carcerária no mundo, sendo que em dezembro de 2007 tínhamos uma população carcerária de 422.590 pessoas e dispúnhamos de apenas 275.194 vagas

2011, a Lei 12.403, que buscava restringir as hipóteses de prisão provisória e criou nove medidas cautelares diversas da prisão, entre elas o monitoramento eletrônico. No entanto, o objetivo dessa medida não se refletiu nas decisões do Judiciário e nos posicionamentos do Ministério Público.

Assim, apesar da inovação legislativa, instalada nova CPI do Sistema Carcerário em 2015 e considerando que apenas 18 estados da Federação responderam aos questionários enviados (CPI do Sistema Carcerário, 2015, p.9 e 10), o percentual de presos provisórios de 2007

para 2015 aumentou para 41% (CPI do Sistema Carcerário, 2015, p.10), o que demonstrou a não absorção das mudanças legislativas pelo Judiciário e pelo Ministério Público.

A taxa de ocupação dos presídios permanece no patamar alarmante de 161%, o que quer dizer que para cada dez vagas há 16 presos (CPI do Sistema Carcerário, 2015, p.10), demonstrando a capacidade milagrosa do sistema prisional brasileiro de multiplicação de vagas sem aumentar o espaço físico.

Retomando a questão da ocupação

de vagas e associando essas vagas aos tipos penais (crimes) que mais levam ao encarceramento, contata-se que temos em primeiro lugar o tráfico; em segundo, o roubo; em terceiro, o furto; e em quarto, o homicídio. Este último é o motivo pelo qual 14% dos homens estão presos; entre as mulheres o homicídio é a causa de 7% das prisões. (CPI do Sistema Carcerário, 2015, p.11).

A partir desses dados em relação aos crimes de homicídio, não podemos deixar de recordar afirmativas como “Se tivesse matado sua mãe, você não estaria falando em direitos humanos”, entre outras afirmações do senso comum absurdas. Esse tipo de mentalidade ou de discurso tem servido de justificativa para todos os tipos de barbaridade quando se defende os direitos humanos da população encarcerada. De fato, se decidíssemos prender somente quem cometeu algum crime contra a vida e incluíssimos nisso o latrocínio, que é considerado crime contra o patrimônio, teríamos uma população prisional de 17% entre os homens e 9% entre as mulheres, (CPI do Sistema Carcerário, 2015, p.11), o que mostra uma necessidade profunda de reflexão sobre a democratização do sistema de justiça.

Outro dado a ser considerado é a relação entre o encarceramento de pessoas e o racismo, presente na nossa sociedade e que se tenta negar pelo mito da democracia racial. O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de dezembro de 2014 mostra que temos um país com uma população de negros (pretos e pardos) de 53,63%, e uma população prisional de 61,67% de negros (pretos e pardos). Por conseguinte, há percentualmente mais pessoas negras presas que em liberdade. Temos também, proporcionalmente, mais jovens entre 18 e 29 anos encar-

Os tipos penais (crimes) que mais levam ao encarceramento, [são] em primeiro lugar o tráfico; em segundo, o roubo; em terceiro, o furto; e em quarto, o homicídio. Este último é o motivo pelo qual 14% dos homens estão presos; entre as mulheres o homicídio é a causa de 7% das prisões

cerados do que em liberdade. Dentre os encarcerados, temos 55,08% de pessoas nessa idade, enquanto dentre as pessoas em liberdade, 18,90% são jovens nessa faixa etária.

Os dados educacionais da população prisional, procedentes do mesmo documento, nos mostram o perfil socioeconômico dos presos: apenas 9,54% concluíram o ensino médio, enquanto na população em geral esse percentual é de 32%.

Ao destacar os tipos penais que mais encarceram, associados a dados sobre o perfil racial e socioeconômico da população prisional, chegamos a uma conclusão: “Temos um sistema penal estruturado para prender pobres”. Isso já era constatado pela CPI do Sistema Carcerário de 2007, que durou oito meses.

Já de 2003 a 2006 foram 3.712 pessoas presas pela Polícia Federal em grandes operações, com um resultado de permanência na prisão em virtude de condenação de 265 pessoas, sendo que o tipo de crime, praticado pela nossa “digna” burguesia causou um prejuízo estimado de R\$ 18 bilhões para o país.” (CPI do Sistema Carcerário, 2009, p.48)

Quando examinamos o suposto caráter ressocializador do sistema, vemos uma percepção equivocada pela qual o crime seria uma patologia individual, e não social. Sendo individual, bastaria isolar aquele que a porta, para não haver transmissão, e medicá-lo com restrição a acessos a direitos sociais. Assim, se chegará à cura. Se porventura isso não ocorrer, pode ser aumentada a dose do remédio (tempo de encarceramento). Dentro dessa percepção, o não alcance da cura é questão de ajuste de dose, pois o medicamento está correto.

Supondo que o sistema carcerário tem a capacidade de recuperar ou res-

socializar alguém e que os clássicos remédios referendados pelo senso comum são adequados para a cura, temos um problema de coerência grave. Se a recuperação das pessoas que cometem crime passa por trabalhar e estudar, como apenas 16% da população prisional trabalham e apenas 11% estudam (CPI do Sistema Carcerário, 2015, p.12).

Há bastante tempo escutei de um padre da Pastoral Carcerária que prender gente com a expectativa de ressocialização era o mesmo que amarrar uma criança na árvore e esperar que ela aprenda a andar nessas condições. O regime de pena mais utilizado é o inicialmente fechado, que corresponde a 41% da população prisional com condenação. A ela se somam 41% de pessoas encarceradas provisoriamente, o que já soma 82%, pois a prisão provisória tem como único regime o fechado. Isso comprova que temos a conceito desconexo que de fato é possível ensinar alguém a andar deixando a pessoa amarrada numa árvore.

Herbert José de Almeida Carneiro (ex- presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária), hoje desembargador e presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que conheci ainda como juiz da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte e que fez uma excelente explanação como convidado pela última CPI Carcerária, destacou a necessidade de construirmos o sistema penitenciário de forma interinstitucional e inter-setorial. Isso implica que Executivo, Legislativo e Judiciário cumpram seu papel, com permanente interlocução entre si (CPI do Sistema Carcerário, 2015, p.72).

Diante dessa explanação e de questões abordadas aqui, como a aumento do número de presos provisórios, apesar da atuação do Legislativo, dos relatórios de duas CPIs, do recorte racial e socioeconômico dos encarcerados, escancarado tanto pelo número de presos e presas, negros e negras, bem como a punição estabelecida, sempre de prisão, para os crimes cometidos


por esse grupo social, a questão que se apresenta em nada tem a ver com o número de crimes ou quem os comete. O que está posto é a ausência de uma política pública conjunta dos três poderes com vistas à modificação estrutural do sistema penal brasileiro, que inclui o sistema carcerário, estrutura que traduz de forma contundente a ausência de uma política criminal que tome como referência os dados produzidos pelo Legislativo e pelo Departamento Penitenciário Nacional.

Mas iniciamos 2017 e ainda falamos de crise no sistema penitenciário brasileiro, como se estivéssemos diante de algo inusitado e imprevisível, ao invés de “uma tragédia anunciada” largamente aos quatro ventos ou pelos três poderes da nação, ou talvez promovida por eles mesmos.



***Advogada criminalista**





A terceirização e a construção do feminismo d@s 99%

Fernanda Melchionna*

Na calada da noite o Congresso aprovou o projeto da terceirização de tudo, o projeto de lei 4302/1998. Como se não bastasse, o relator Laércio Oliveira (Solidariedade) afirmou que “ninguém faz limpeza melhor que uma mulher”. Seguindo a tradição do machistério de Temer, e sem nenhuma vergonha na cara, o deputado reconhece com essa fala que a área que mais contrata empresas terceirizadas – os serviços de limpeza – é composta por 60% de mulheres, em sua maioria com baixos salários, muita exploração e grande precarização do trabalho.

Enquanto para ele e para a elite empresarial isso é sinônimo de avanço, para nós, mulheres, a aprovação e a sanção deste PL representa um grande retrocesso que precisamos derrotar.

A entrada da terceirização no Brasil ocorreu em meio à reestruturação produtiva neoliberal. Até agora era regulada pela Súmula 331 de 1994 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que proíbe a terceirização em atividades-fim. Ou seja, essa modalidade precária de contratação era aceita em atividades tidas como não essenciais, tais como limpeza, alimentação, vi-

gilância e asseio entre outras. E a experiência nestes 20 anos já comprova que a terceirização significou rebaixamento dos salários, alta rotatividade, precarização e dificuldade da ação sindical desses trabalhadores. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, os trabalhadores terceirizados já representam 30% dos trabalhadores assalariados brasileiros, recebendo em média 24,7% a menos e trabalhando cerca de três horas a mais por semana.

Tal como o projeto da reforma da Previdência, o projeto de lei da terceirização impactará ainda mais as



Tal como o projeto da reforma da Previdência, o projeto da terceirização impactará ainda mais as mulheres trabalhadoras. (...) entre as mulheres com carteira assinada, as terceirizadas já são 20%, concentradas nos empregos que pagam menos. Ou seja, uma a cada cinco mulheres assalariadas já é terceirizada

mulheres trabalhadoras. Para Teixeira (2015), entre as mulheres com carteira assinada, as terceirizadas já são 20% e concentradas justamente nos empregos que pagam menos. Ou seja, uma a cada cinco mulheres assalariadas já é terceirizada. E as mulheres estão nos empregos com menor remuneração entre os terceirizados, geralmente limpeza e alimentação.

A socióloga Helena Hirata escrevendo sobre a nova configuração da divisão sexual do trabalho apresenta dois princípios básicos: o da separação e o da hierarquia. Como separação, temos

aquelas ocupações tidas como masculinas (identificadas historicamente com a produção) e as femininas (com a reprodução). Não é à toa que limpeza e alimentação sejam atividades majoritariamente realizadas por mulheres, pois fomos empurradas historicamente para o trabalho doméstico, como se isso fosse uma atribuição natural e não uma relação social de exploração historicamente construída, que além de impor uma dupla jornada de trabalho para a maioria de nós, ainda determina o lugar das mulheres no mercado de trabalho. Também não surpreende que

estas sejam as atividades de menor remuneração, pois na lógica da hierarquia patriarcal as mulheres sempre ganham menos.

Como se não bastasse a liberação da terceirização em todas as atividades essenciais, incluindo o setor público e privado, o projeto de lei 4302/1998 é um duro golpe também em outros aspectos: aumenta o tempo de contrato temporário de três para seis meses, permite a contratação de serviços terceirizados em setores essenciais que estejam em greve ou quando a greve for declarada abusiva pelo Judiciário,

Não é à toa que limpeza e alimentação sejam atividades majoritariamente realizadas por mulheres, pois fomos empurradas historicamente para o trabalho doméstico, como se isso fosse uma atribuição natural e não uma relação social de exploração historicamente construída, que além de impor uma dupla jornada de trabalho para a maioria de nós, ainda determina o lugar das mulheres no mercado de trabalho



libera a chamada quarteirização, permitindo à empresa terceirizada subcontratar outra para a realização de seus serviços. Para piorar, questões como atendimento médico ficam a critério da empresa contratante.

Precisamos de uma resposta forte contra os ataques que as classes dominantes tentam impor. As mulheres, como as mais afetadas e as que estão à frente dos protestos mundiais, precisam estar na linha de frente da resistência.

A NOVA ONDA FEMINISTA E O FEMINISMO DOS 99% CONTRA 1%

Vivemos uma nova onda de lutas das mulheres. Os impactos da crise econômica aberta em 2008 atingiram em cheio as massas trabalhadoras mundo afora. As mulheres e os jovens foram os protagonistas das revoluções no Norte da África, nas praças ocupadas da Espanha com o 15M, na Praça Tahir no Egito, no Occupy Wall Street nos EUA, nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. Processos iniciados como resistência à crise em 2011 colocaram as ruas como um espaço de disputa e também criaram novos sujeitos políticos. Exemplos não faltam. A mobilização multitudinária na Polônia, conhecida como Protesto Negro, que derrotou a política conservadora do governo de revogação da Lei do Aborto, a campanha Ni Una Menos na Argentina, que se espalhou para a América Latina com a pauta da violência de gênero. No Brasil, a primavera feminista contra Cunha e o PL 5069, além da eleição da bancada feminista do PSOL.

Evidentemente, a crise segue gerando ataques aos direitos dos trabalhadores no mundo inteiro. A ausência de uma alternativa socialista de massas dificulta a derrota dos projetos burgueses. Mas, se por um lado, Donald Trump venceu as eleições dos Estados

Vivemos uma nova onda de lutas das mulheres. Os impactos da crise econômica aberta em 2008 atingiram em cheio as massas trabalhadoras mundo afora. As mulheres e os jovens foram os protagonistas das revoluções no Norte da África, nas praças ocupadas da Espanha com o 15M, na Praça Tahir no Egito, no Occupy Wall Street nos EUA, nas jornadas de junho de 2013 no Brasil

Unidos, por outro lado, um dia após sua posse, a maior manifestação da história dos Estados Unidos foi realizada e convocada por mulheres. No dia 21 de janeiro as mulheres estadunidenses nacionalizaram o que há muito já acontecia de forma localizada no país, a resistência das mulheres em tempos difíceis. Com o chamado à greve internacional do 8 de Março, colocaram com força o tema da classe dentro da nova onda feminista que estamos vivendo. Se as argentinas foram pioneiras ao cunhar a palavra de ordem "Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós", o chamado de Angela Davis e Nancy Frasser para a greve e a construção de um feminismo dos 99% - das mulheres, d@s jovens, imigrantes, d@s negr@s e da classe trabalhadora contra a casta dos bancos e governos burgueses - sedimentou o conceito e foi determinante para a construção de atos claramente feministas e classistas. Foram registrados atos feministas em mais de 40 países.

No Brasil tivemos milhares de mulheres nas ruas contra a reforma da Previdência e contra Temer e seu machistério em um 8 de março que há décadas não tinha o peso que teve e nem sua dimensão internacional. Este acúmulo da primavera feminista e seus desdobramentos têm que ser parte da construção de uma greve geral no país a partir de 28 de abril, que paralise a produção e os serviços para defender a Previdência, os direitos trabalhistas e contra a terceirização. A melhor resposta aos machistas é mostrarmos que "Ninguém faz uma greve melhor que uma mulher".



***Vereadora de Porto Alegre pelo PSOL**

Governo

o ponto mais baixo da



Carlos Serrano Ferreira*

Em um país dependente como o Brasil não é possível uma política externa independente dos ditames dos países centrais. Apenas a ruptura completa com a cadeia imperialista garantiria isto, como provou a Rússia Soviética e provam a China Popular e Cuba socialista. No entanto, mesmo na depen-

dência há espaços de maior ou menor autonomia, que dependem de condições mínimas de desenvolvimento econômico, estabilidade política e capacidade militar. Sob esta base governos desenvolvem esse potencial em seu limite ou desperdiçam estas possibilidades. A política externa do Barão do Rio Branco (1902-1912) é celebrada até hoje por consolidar nos-

as fronteiras e impedir a intervenção de potências imperialistas, em um tempo em que as margens de autonomia, reduzidas em um país agrícola (a participação da indústria no PIB era entre 8-9%), foram utilizadas ao máximo.

Até os anos 80 a margem de autonomia foi crescente. Em 1985, a indústria brasileira chegou ao máximo

o Temer:

diplomacia brasileira



de participação do PIB (21,6%), a indústria bélica ao seu auge de exportações e, em 1988, se conquistava o domínio completo do ciclo nuclear e se construía o setor informático. Esse desenvolvimento e a diversificação das relações econômicas, políticas e diplomáticas levou ao que Moniz Bandeira intitulou de rivalidade emergente com os Estados Unidos. Se em

1950 metade de nossas exportações era de café e 50% era comprado pelos EUA, que detinha "cerca de 40% do intercâmbio externo brasileiro"¹, hoje em dia "nosso maior parceiro comercial é a China, e o nosso principal produto, tanto no caso das exportações

1 GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente. Carta Maior, 2011.

como no das importações, não ultrapassa 10% do total"², com a participação dos EUA nas exportações caindo a uma média de 17%.

Contudo, o fator político levou a importante variação na política externa. A grande burguesia brasileira renunciou nos anos 50 a um projeto independente de desenvolvimento, aceitando uma posição associada e dependente do capital internacional, temerosa diante da mobilização de massas e do risco de revolução. Porém, refletindo distintas frações burguesas, se intercalam duas tendências: uma de inserção subordinada e alinhamento automático com os EUA; outra, subimperialista, que procura diversificar a dependência entre polos imperialistas e o fortalecimento internacional do Brasil, garantindo uma posição de intermediário entre os países centrais e demais países periféricos. Como bases da primeira estão as burguesias compradora e financeira, ligada às velhas elites agrárias decadentes, com interesses fundidos aos norte-americanos. No segundo caso se encontram os setores da construção civil; de petróleo e gás nacionais (Petrobrás); parte de multinacionais que se utilizam do país como ponta de lança para penetração na América do Sul; e, mais recentemente, parte do agronegócio, que enfrenta restrições

2 Idem.



nos mercados imperialistas.

Devido ao processo de desenvolvimento se consolidou uma tradição diplomática que busca utilizar ao máximo os potenciais de autonomia nacional - ainda que na dependência, desde a Política Externa Independente até o governo José Sarney (1985-1990), com o hiato do ditador Castelo Branco.

A corrente servil é mais antiga. O chanceler Raul Fernandes (1954-1955) declarava que "o Brasil está fadado a ser, por tempo indefinido, um satélite dos Estados Unidos". Entre os pontos mais baixos simbolicamente está o chanceler Celso Lafer que, em

2002, se descalçou num aeroporto dos EUA para inspeção de segurança. Não por acaso este foi chanceler do tucano FHC, que representou o auge do neoliberalismo brasileiro, desconstruindo os instrumentos de poder nacional com privatizações, desindustrialização e financeirização da economia. Em nível internacional se subordinou ao imperialismo americano; promoveu o Mercosul enquanto regionalismo aberto, a serviço das multinacionais; assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), que impede o direito de defesa nuclear de países periféricos e não desarmou as potências imperialistas; entregou a

base de foguetes de Alcântara (MA) aos EUA, medida anulada por Lula; e negociou a Alca, que destruiria o tecido produtivo brasileiro.

Já o governo Lula expressou o subimperialismo brasileiro. Aproveitando-se do boom das commodities teve instrumentos, e vontade, de realizar uma política externa ativa a serviço da expansão dos campeões nacionais da construção civil, do agronegócio e do petróleo. Ainda que sem grandes instrumentos de poder militar, se beneficiou do poder simbólico do grande líder operário Lula e do giro à esquerda na América Latina, e pôde exercer influência diplomática com aparência

progressista. Apostou na integração política e de defesa regional, apresentando-se como o representante local, para negociar uma posição melhor na relação de dependência com os diversos polos imperialistas, para o que o Brics também colaborou. Ampliou a representação no mundo, em particular na África. O caráter subimperialista fica claro na ocupação militar do Haiti, servindo aos interesses americanos e do grande empresariado nacional, como no travar da integração econômica sul-americana, apostando no BNDES como instrumento de penetração dos interesses da burguesia nacional.

O retorno dos tucanos à direção da diplomacia, no governo ilegítimo de Temer, com o senador José Serra - que saiu sob a alegação de problemas de saúde e acusações na Lava-Jato - e o senador Aloysio Nunes Ferreira, é ainda mais nocivo que no período FHC, pois se dá em meio à depressão econômica gerada pela política recessiva do governo.

Contudo, o governo de Michel Temer não pode ser acusado de incoerente. As suas políticas externa e interna estão concatenadas, voltadas para a mesma lógica de desnacionalização, desindustrialização e inserção subordinada. Conseguiu reduzir o peso da indústria brasileira aos patamares de 1910. Com operações da Polícia Federal e leis desconstrói os últimos setores com capacidade de concorrência internacional, bases do subimperialismo brasileiro, abrindo o mercado nacional para as corporações estrangeiras. O caso mais grave é a Petrobrás, alvo eterno de sabotagem do imperialismo americano, ampliada após a descoberta do pré-sal. Como mostrou o Wikileaks, em 2009 o então presidencial José Serra assumiu o compromisso com representantes

O retorno dos tucanos à direção da diplomacia, no governo ilegítimo de Temer, com o senador José Serra - que saiu sob a alegação de problemas de saúde e acusações na Lava-Jato - e o senador Aloysio Nunes Ferreira, é ainda mais nocivo que no período FHC, pois se dá em meio à depressão econômica gerada pela política recessiva do governo

de petrolíferas americanas de acabar com o regime de partilha do pré-sal, o que Temer cumpriu.

Impulsionado pelo giro à direita no continente, os tucanos desconstroem os avanços da integração sul-americana, aproximando o Brasil dos países da Aliança do Pacífico, aposta dos EUA de alternativa à finada Alca. Para isso articula setores do empresariado sob o argumento de criação de um corredor articulado às "cadeias globais de valor" do Pacífico. Age de forma agressiva, sob o discurso reacionário e desequilibrado "antibolivariano", desmontando o Mercosul, apostando no isolamento da Venezuela e apoiando os "esquálidos" golpistas, impedindo a presidência rotativa pro-tempore e depois a suspendendo do bloco.

Falar grosso com os vizinhos é a tônica desde o início, com notas agressivas frente às preocupações de vários países, como Cuba e El Salvador, sobre o processo de impeachment. Um exemplo de desprezo pela Bolívia foi a nomeação de Eduardo Saboia como chefe de gabinete de Aloysio Nunes. Ele realizou operação de fuga para o Brasil de um senador de oposição boliviano acusado de corrupção, sem autorização governamental. Contudo, cede frente à União Europeia, acelerando o acordo com o Mercosul que só trará prejuízos à economia da região, sem contrapartidas de abertura de mercados, e retorna à proposta de entrega da base de Alcântara aos EUA.

A ação consciente e ativa de aprofundamento da dependência pelo governo Temer o torna, definitivamente, o ponto mais baixo da diplomacia brasileira.



***Professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ.**

Cinco minutos para a meia-noite

O reforço da extrema-direita na Europa



As pesquisas para as próximas eleições presidenciais na França confirmaram uma tendência que, há alguns anos, já estava aparente: o crescimento do apoio à Frente Nacional. Essa situação não é especificamente francesa: por quase todo o continente europeu vemos um significativo fortalecimento da extrema-direita. O fenômeno não encontra precedentes desde os anos 1930. Em muitos países, a direita xenófoba já havia obtido entre 10% e 20% dos votos na última década; em 2014, em três países (Reino Unido, Dinamarca e França) alcançaram de 25% a 30%. Além disso, sua influência é maior do que o seu próprio eleitorado: suas ideias contaminam também a direita "clássica" e até parte da esquerda social neoliberal. Como diz o jornal em linha Mediapart, estamos a "cinco minutos da meia-noite".

Pode essa situação ser comparada à da Europa dos anos 1930? Sim e não.

É a primeira vez, desde os anos 1930, que a extrema-direita alcança tal influência na política europeia. Mas a história nunca se repete. Há muitas diferenças entre as conjunturas do passado e a do presente. A mais óbvia é que, depois de 1933, dois dos mais importantes países da Europa, Itália e Alemanha, tiveram regimes fascistas totalitários. Afortunadamente, nada comparável existe agora! Outra diferença importante é que os interesses da burguesia hoje são esmagadoramente favoráveis à globalização capitalista neoliberal e hostis ao nacionalismo econômico - conteúdo básico de qualquer projeto fascista ou semifascista. Por outro lado, a esquerda antifascista, tanto em sua versão mais radical - marxistas e anarquistas - quanto em sua forma mais moderada, parlamentar, da Frente Popular,

**Muitos
"especialistas" e
comentaristas de
mídia anunciam
que fascismo
e antifascismo
são fenômenos
pertencentes
ao passado.
Acreditamos que
a realidade é
um tanto mais
complexa. É óbvio
que hoje não
vemos partidos
fascistas de massa
comparáveis
ao nazismo da
Alemanha dos
anos 1930, mas já
naquele período
o fascismo não se
limitava apenas a
esse modelo**

era muito mais forte nos anos 1930 do que hoje.

A atual extrema-direita europeia é muito diversa, uma variedade que vai de partidos abertamente neonazistas, como o Aurora Dourada na Grécia, a forças burguesas perfeitamente integradas ao jogo político institucional, como o suíço UDC. O que eles têm em comum é o seu nacionalismo chauvinista - e, portanto, oposição à globalização "cosmopolita" e a qualquer forma de unidade europeia -, a xenofobia, o racismo, o ódio a imigrantes e ciganos (o povo mais antigo do continente), a islamofobia e o anticomunismo. Além disso, em sua maioria, se não na totalidade, são favoráveis a medidas autoritárias contra a "insegurança" (usualmente associada a imigrantes) por meio do aumento da repressão policial e das penas de prisão e pela reintrodução da pena de morte. A orientação reacionária nacionalista, na maioria das vezes, é "complementada" com uma retórica "social", em apoio às pessoas simples e à classe trabalhadora (branca) nacional.

Muitos "especialistas" e comentaristas de mídia anunciam que fascismo e antifascismo são fenômenos pertencentes ao passado. Acreditamos que a realidade é um tanto mais complexa. É óbvio que hoje não vemos partidos fascistas de massa comparáveis ao nazismo da Alemanha dos anos 1930, mas já naquele período o fascismo não se limitava apenas a esse modelo: o franquismo espanhol e o salazarismo português eram muito diferentes dos modelos italiano e alemão. Seria, portanto, um erro alegar que não existem partidos fascistas atualmente na Europa, por não termos nada equivalente aos nacional-socialistas dos anos 1930.

Qualquer que seja a sua transformação e "modernização", a extrema-di-

reita ainda representa uma ameaça real à democracia.

E, como explicar esse sucesso crescente da extrema-direita? O primeiro elemento de explicação é o processo de globalização capitalista neoliberal - também um poderoso processo de homogeneização cultural forçada - que produz e reproduz, em escala europeia e planetária, os pânicos de identidade, a obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais.

Diretamente relacionado a esse processo de hegemonia mundial neoliberal do capital financeiro há outro fator importante: a crise econômica que tem despedaçado a Europa desde 2008. Exceto na Grécia e na Espanha, essa crise tem em quase todos os lugares favorecido muito mais a extrema-direita do que a esquerda radical - diferentemente da situação europeia dos anos 1930, quando em muitos países a esquerda antifascista cresceu paralelamente ao fascismo.

A extrema-direita atual tem, sem dúvida, se beneficiado da crise, particularmente na França. Mas isso não explica tudo: na Espanha e em Portugal, dois dos países mais atingidos duramente pela crise, a extrema-direita permanece apenas marginal. E na Grécia, apesar de a Aurora Dourada ter desfrutado de um crescimento exponencial, ela tem muito menos influência do que o Syriza, a coalizão da esquerda radical. Na Suíça e na Áustria, dois países em grande parte poupados pela crise, a extrema-direita racista muitas vezes fica acima de 20% de apoio. Portanto, devemos evitar as explicações exclusivamente economicistas muitas vezes apresentadas pela esquerda.

Fatores históricos têm, sem dúvida,

Como explicar esse sucesso crescente da extrema-direita? O primeiro elemento de explicação é o processo de globalização capitalista neoliberal - também um poderoso processo de homogeneização cultural forçada - que produz e reproduz, em escala europeia e planetária, os pânicos de identidade, a obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais

jogado um papel: uma longa tradição antissemita existente em certos países; a persistência daquelas correntes que colaboraram com a direita durante a Segunda Guerra Mundial; e a cultura colonialista que impregna atitudes e comportamentos mesmo muito tempo depois da descolonização - não só nos antigos impérios, mas em quase todos os países europeus. Todos esses fatores estão muito presentes na França e contribuem para explicar a força do partido de Le Pen, mas são menos relevantes em países sem um passado colonial ou fascista, como a Suíça.

A análise "clássica" de esquerda sobre o fascismo o explica essencialmente como um instrumento do grande capital para esmagar a revolução e o movimento dos trabalhadores. Com base nessa premissa, algumas pessoas da esquerda argumentam que, como hoje o movimento dos trabalhadores está muito enfraquecido e a ameaça revolucionária não existe, o grande capital não teria interesse em apoiar movimentos da extrema-direita, de modo que o risco de uma ofensiva marrom não existiria. Esta é, uma vez mais, uma leitura economicista que não leva em conta a autonomia de um fenômeno político. Os eleitores podem escolher um partido que não tem o apoio da grande burguesia. Além disso, esse estreito argumento econômico parece ignorar o fato de que o grande capital pode se acomodar em todos os tipos de regimes políticos sem muito exame de consciência.

O conceito de "populismo" empregado por certos cientistas políticos, pela mídia e até mesmo por parte da esquerda é totalmente inadequado para explicar a natureza da Frente Nacional (ou seus equivalentes na Europa), servindo apenas para semear confusão. Na América Latina da década de 1930 até os anos 1960, o termo populismo



Não há uma receita mágica para combater a extrema-direita.

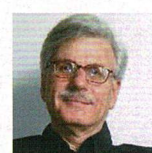
Devemos nos inspirar - com uma distância crítica apropriada - nas tradições antifascistas do passado, mas também saber como inovar, a fim de responder às novas formas desse fenômeno. Qualquer movimento antifascista só será eficaz e crível se for motivado por forças situadas fora do consenso neoliberal dominante

correspondia a algo bem específico: governos nacionais populares ou movimentos ao redor de figuras carismáticas - Vargas, Perón, Cárdenas -, com amplo apoio popular e uma retórica anti-imperialista. Entretanto, o seu uso francês (ou europeu) a partir dos anos 1990 é terrivelmente vago e impreciso. Cientistas sociais se referem ao populismo como “uma posição política que toma o lado do povo contra as elites” - uma caracterização que serve para quase todo partido político ou movimento! Quando aplicado à Frente Nacional ou a outros partidos europeus da extrema-direita, esse pseudoconceito transforma-se em um eufemismo enganoso que ajuda - deliberadamente ou não - a legitimá-los, tornando-os mais aceitáveis ou mesmo atraentes - quem não é a favor do povo contra as elites? - enquanto cuidadosamente se evitam outros termos perturbadores: racismo, xenofobia, fascismo ou extrema-direita. “Populismo” também é usado deliberadamente de uma forma mistificadora por ideologias neoliberais e pela mídia na França (assim como na Europa), a fim de fazer um

amálgama entre a extrema-direita e a esquerda radical, caracterizadas como “populismo de direita” e “populismo de esquerda”, já que ambas se opõem a políticas neoliberais, “Europa” etc.

Não há uma receita mágica para combater a extrema-direita. Devemos nos inspirar - com uma distância crítica apropriada - nas tradições antifascistas do passado, mas também saber como inovar, a fim de responder às novas formas desse fenômeno. Qualquer movimento antifascista só será eficaz e crível se for motivado por forças situadas fora do consenso neoliberal

dominante. A luta contra o racismo, bem como a solidariedade com as suas vítimas, é um dos componentes essenciais dessa resistência. Ainda não é tarde demais para impedir “a resistível ascensão de Arturo Ui” (para citar a conhecida peça de teatro antifascista por Bertolt Brecht).



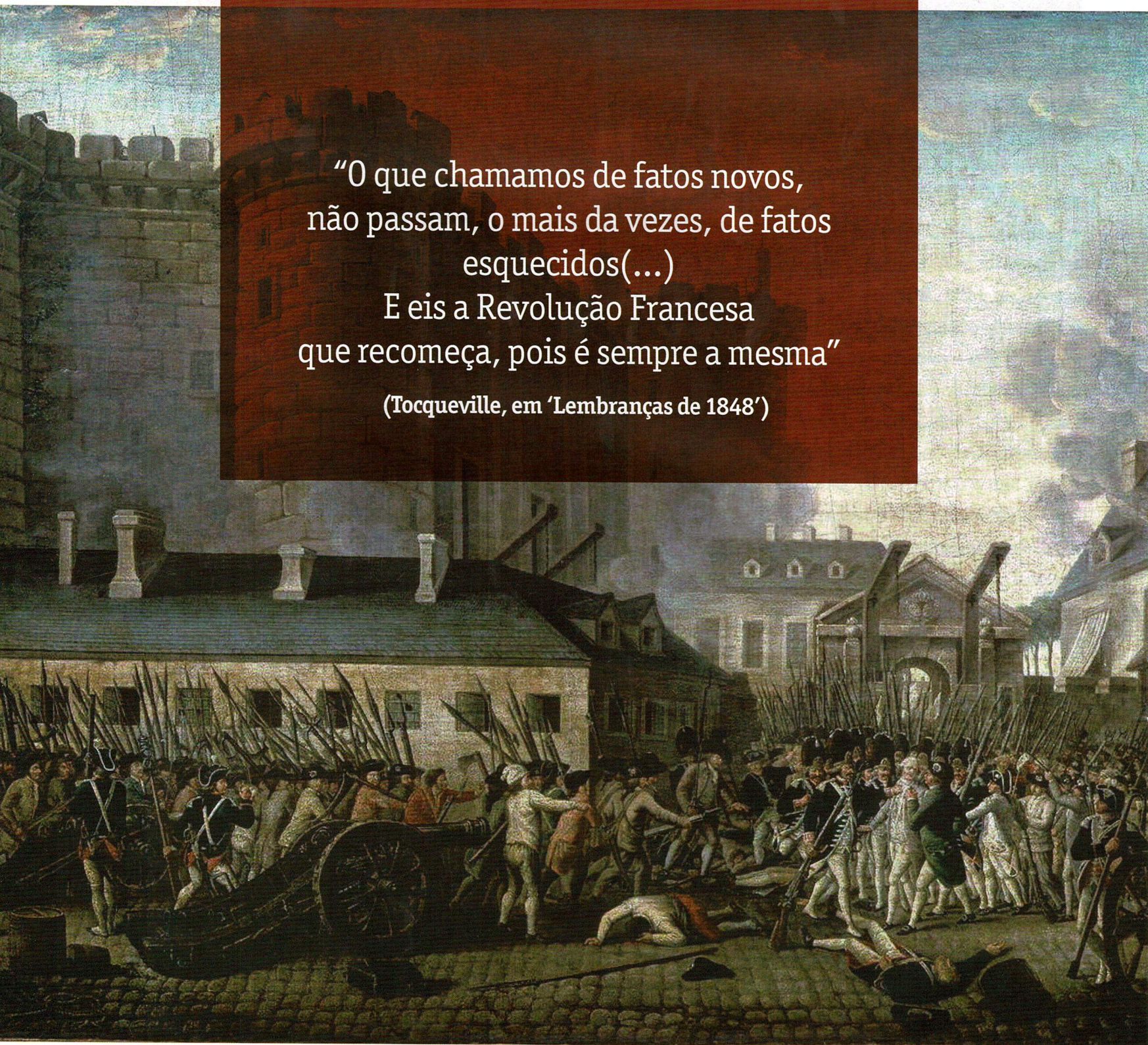
***Diretor de Pesquisas emérito do CNRS, Paris. Autor, com Oliver Besancenot, de “Che Guevara, uma chama que continua ardendo” (Ed. Unespe, 2014)**

Passado e presente da luta anticapitalista

ou a Revolução Permanente

Milton Temer*

“O que chamamos de fatos novos, não passam, o mais da vezes, de fatos esquecidos(...)
E eis a Revolução Francesa que recomeça, pois é sempre a mesma”
(Tocqueville, em ‘Lembranças de 1848’)



Neste centenário da Revolução Bolchevique, duas questões se colocam para os que se veem atolados na maré de ceticismo e desesperança.

A vitória dos bolcheviques foi um raio em céu azul? Terá sido produto de acaso histórico num país atrasado e sem cultura política?

Ela tem valor referencial para os que entendem, hoje, ser fundamental a superação do regime capitalista, como forma única de a humanidade não caminhar para uma barbárie irreversível?

As duas questões podem ser respondidas simultaneamente. E com otimismo, a despeito do momento atual, obscuro e pantanoso, de ascensão de populismos de direita xenófobos e da ressurreição de ideologias que julgávamos definitivamente soterradas com a derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial.

A Revolução de 1917 não foi produto de acaso ilógico e seus ensinamentos continuam pertinentes na conjuntura que atravessamos. Ela é produto de um longo processo de rupturas insurrecionais, daquilo que Marx e Engels deixaram claro no Manifesto Comunista de 1848, ao afirmarem que a história da humanidade é a história da luta de classes.

A Revolução Russa é o mais consistente capítulo de uma série que não se encerrou – da longa caminhada de escravos, servos, povos colonizados, proletários, oprimidos e explorados em seus confrontos com patriotas, nobres, aristocratas e capitalistas.

A REVOLUÇÃO FRANCESA

Em 1789, o poder absoluto do monarca na França é

abolido, a partir do ato simbólico da Queda da Bastilha. Mas o regime não é alterado em sua essência. Luís XVI perde seus poderes absolutos, mas é mantido numa espécie de monarquia constitucional. Amplia-se apenas o poder legislativo dos Estados Gerais, o parlamento pluriclassista que havia sido convocado pelo próprio Luís XVI após séculos de repouso forçado. Convocação imposta por pressão de segmentos da própria nobreza na busca de alternativas políticas e econômicas ao imobilismo do regime feudal ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais.

No entanto essa tratativa por cima, acordada pelo acerto de nobres e cleros, não era suficiente diante do que reivindicavam os participantes do Terceiro Esta-

do – burgueses, intelectuais e dissidentes do clero e da nobreza.

Em 1792, pressionado pela aristocracia recalcitrante, Luis XVI parte para a cartada suicida da busca de apoio militar externo visando sufocar todo o processo e restabelecer o regime anterior. Terminou guilhotinado, abrindo o caminho para a proclamação da República, no mesmo ano.

É onde pontificam Robespierre, Danton, Saint Just, Marat, Desmoulin, numa primeira fase de iniciativas e propostas absolutamente renovadoras, antes que Danton mergulhasse em tenebrosas transações com os setores da burguesia

que se aliavam com representantes do regime anterior para impedir o avanço do proletariado de então, liderados pelos jacobinos.

É dessa fase que retiramos o pensamento democrático mais avançado que a Humanidade tinha conhecido até então, elaborado por uma geração que

**A Revolução de 1917
não foi produto
de acaso ilógico e
seus ensinamentos
continuam pertinentes
na conjuntura que
atravessamos. Ela é
produto
de um longo processo de
rupturas insurrecionais,
daquilo que Marx e
Engels deixaram claro
no Manifesto Comunista
de 1848, ao afirmarem
que a história da
humanidade é
a história da luta de
classes**

beirava os 30 anos.

Estão lá, em discursos, resoluções e propostas da avançada Constituição de 93, apresentado por Robespierre, em aliança com essa vanguarda extraordinária, até hoje mantidos no terreno da esperança quanto à sua realização plena. De pronto, a ideia de que comercialização de alimentos só pode se dar com o excedente do que for destinado à garantia de sobrevivência de toda a sociedade; o conceito de lei não como instrumento de repressão social sobre os desprotegidos, mas como meio de punir o opressor, o agiota.

“Não lhes tiro qualquer lucro honesto, qualquer propriedade legítima. Só lhes tiro o direito de atentarem contra a de outrem. Não destruo o comércio, e sim a pilhagem do monopolizador; só os condeno à pena de deixarem seus semelhantes viverem”, bradava Robespierre na justificativa de estabelecer o caráter social da propriedade no texto constitucional.

Imposto Progressivo, democratização dos meios de comunicação (sim, mesmo com uma mídia artesanal, distribuída mão a mão). Pauta importante que convivía com propostas de democratização do parlamento e da própria democracia, com o controle social direto. Tratando tanto das sessões com galerias liberadas, quanto do salário dos parlamentares, do indispensável voto aberto e da imunidade dos mandatos.

Está lá no Preâmbulo da Declaração dos Direitos Humanos, proposta dos jacobinos: “A sociedade é obrigada a prover a subsistência de todos os seus membros; seja fornecendo-lhes trabalho, seja garantindo os meios de subsistir àqueles que estão impossibilitados de trabalhar”.

Esse conjunto de propostas, elaboradas meio século antes de Marx e Engels produzirem o Manifesto Comunista, nos permite compreender o ódio que a França burguesa sempre teve por Robespierre e Saint Just. Até hoje não há praça, rua

ou lugarejo público de Paris homenageando esses gigantes.

“Ah, mas não se pode homenagear quem promoveu o Terror no processo revolucionário”, justificam os falaciosos do campo pós-moderno da esquerda. É a mentira transformada em verdade pela repetição caluniosa.

O Terror começa com o Comitê de Saúde Pública, proposto pelos moderados girondinos, sob a liderança de Danton. Sim, o Danton que Vajda transforma em mártir num de seus

filmes. E que a burguesia francesa festeja, assim como os renegados de esquerda de todo o mundo.

E POR QUÊ?

Porque Danton é quem inicia o processo degenerativo da frente revolucionária ao se lançar em secretas transações com a aristocracia exilada. A aristocracia que os algozes de Robespierre, dentro da Convenção, viria a ser a aliada principal para o retrocesso do 9 Thermidor⁽¹¹⁾, de 1794, cuja primeira decisão foi a anulação da Constituição de 93, após a execução sumária de Robespierre e Saint Just.

Mas a restauração consequente das idas e vindas posteriores ao período napoleônico (que completa o ciclo de consolidação do Estado burguês, estendendo a

queda do feudalismo ao restante da Europa) não calou definitivamente a consciência revolucionária do proletariado.

O SÉCULO DA I INTERNACIONAL

Em 1830, em 1848 e na Comuna de Paris, em 1871, com ditaduras internas ou com auxílio estrangeiro ostensivo, a burguesia se viu obrigada a repressões e concessões crescentes como forma de garantir sua hegemonia, na França e na Alemanha, principalmente.

E o que tem a ver com isso a Rússia, distante e ainda sob o

1 O 9 Thermidor do ano II da Revolução Francesa, segundo o calendário revolucionário, corresponde a 27 de julho de 1794 e marca a queda de Robespierre.

Esse conjunto de propostas, elaboradas meio século antes de Marx e Engels produzirem o Manifesto Comunista, nos permite compreender o ódio que a França burguesa sempre teve por Robespierre e Saint Just. Até hoje não há praça, rua ou lugarejo público de Paris homenageando esses gigantes



REPRODUÇÃO

jugo da servidão no campo?

Tudo. Não fosse apenas pela longa disputa do anarquista Bakunin com Marx, pela hegemonia teórica nos movimentos revolucionários na Europa Ocidental, mobilizações camponesas também chamavam a atenção do “Mouro” alemão. E Isaac Deutscher, o autor mais importante da Revolução Bolchevique, não minimiza: “A Revolução? É todo um século de trabalho revolucionário que a preparou”.

Sim, do começo do século XIX ao seu final, isso está muito bem relatado no “Revolução inacabada”, de Deutscher, historiador fundamental da empreitada bolchevique.

Primeiro, com os decembristas que se levantaram em armas contra o czar, em 1825. Oriundos de uma elite aristocrática intelectualizada, tiveram contra eles toda a nobreza parasita do czarismo. Era um momento de luta no campo, porque as cidades, pouco povoadas, tinham peso político pouco relevante.

Mas, como quase todos os revolucionários do século XIX, os russos não contavam com uma classe revolucionária em que se projetassem. Terminam batidos, sem avanços significativos.

Antes de 1850, novos revolucionários vanguardistas en-

tram na rinha – os *raznotchinstsy*, em sua maioria filhos de funcionários e padres, todos oriundos de uma burguesia que se afirmava muito lentamente. Por sua ação, obrigam o czar Alexandre II a ceder à pressão de uma aristocracia necessitada de alguma reforma, na sua pretensão de modernizar a agricultura, ou de se lançar na indústria e no comércio, sem os riscos de uma insurreição.

O czar decreta o fim da servidão no campo, isolando uma vez mais as vanguardas revolucionárias. Tratava-se, no entanto, de medida que, como a bolsa-família no Brasil, atenuava, mas não resolvia estruturalmente o drama. Os servos eram liberados, mas não tinham acesso à terra, que se mantinha sob propriedade concentrada. Ou seja; tinham que lutar, com meios parcos, por uma sobrevivência que, bem ou mal, a servidão lhe garantia.

Os *narodniks*, que surgiram na sequência, se empenham na tentativa de mobilizar esse campesinato para a revolta contra os grandes proprietários. Mas como a consciência social anda sempre mais lentamente do que a realidade social, esses camponeses se recusavam a seguir a vanguarda populista. E, não raro, entregavam seus quadros à polícia czarista.

É aí que passa a proliferar a ação vanguardista isolada



dos revolucionários, com os sucessores dos narodniks, os narodnovoltosy, nos quais o terrorismo político substituiu o populismo dos seus predecessores. Eles faziam a revolução pelo campesinato, e a despeito dele.

Nesse grupo, que não contava com mais de uma vintena de participantes, vamos encontrar o irmão mais velho e inspirador de Lenin, executado como um dos responsáveis pelo atentado que matou Alexandre III, em 1881.

Experiência frustrada do ponto de vista revolucionário, a ação desse grupo serviu de base para a produção teórica de Plekanov, Lenin, Martov e seus companheiros. Eles começam a entender que, com a industrialização que se implementava na Rússia, uma classe operária se juntava ao campesinato para formar a base social necessária ao desmonte revolucionário do regime czarista. E que, ou esses segmentos se integravam, ou não haveria extinção do regime czarista.

E não só em 1917 eles vêm à tona. Já em 1914, haviam dirigido lutas em barricadas nas ruas de Petrogrado, que não

resultaram em ruptura revolucionária por conta da mobilização militar geral para a guerra que eclodia.

DE FEVEREIRO A OUTUBRO

Em 17 de fevereiro, o fim do czarismo era decretado. Mas o governo da parceria do príncipe Lvov com Kerensky se mantinha nos limites materiais e políticos do regime derrubado. Continuava subjugado pelo capital financeiro das potências europeias e mantendo toda a estrutura de classes que dava hegemonia à aristocracia e à burguesia nascente.

É quando chegam as Teses de Abril, em que Lenin, sempre racional, sempre preocupado em não sucumbir ao doutrinismo estéril, surpreende seus camaradas com a proposta de preparação de uma ruptura insurrecional contra o governo conciliador.

O episódio final é mais que conhecido. A despeito de um contratempo com o truculento general Kornilov, que obrigou Lenin a um retorno à clandestinidade, em agosto, e das



O socialismo, como alternativa salvacionista para uma sociedade ameaçada pela barbárie crescente, assim como sua fundamentação teórica elaborada por Marx e Engels, na sequência de Robespierre e Saint Just, sempre ressuscitará enquanto houver opressores e oprimidos, enquanto houver a burguesia em seu confronto permanente com o mundo do trabalho

vacilações de Kamenev e Zinoviev – futuros quadros da oposição esquerdista da direção revolucionária já no poder - a revolução se concretizou. Todo o poder passou aos soviets.

O que veio na sequência, uma prolongada guerra civil contra russos brancos apoiados por 17 exércitos estrangeiros, que terminou por eliminar toda uma geração de quadros do proletariado conscientes e consolidados, só veio a confirmar a solidez da proposta de Lenin.

A Rússia atrasada, dando os primeiros passos no processo modernizador burguês, se transformou na segunda maior potência do mundo, a despeito dos 30 milhões de homens e mulheres que perdeu durante a II Guerra Mundial, para além da destruição material de metade do seu território.

O que me permite concluir que o stalinismo, com seus crimes abomináveis, não foi a tragédia maior do chamado socialismo dito real. A estagnação política, ideológica e econômica do período Brejnev, com o fortalecimento de uma burocracia oportunista, autoritária e já se projetando no consumismo do capitalismo ocidental, tem uma responsabilidade bem maior na liquidação da URSS.

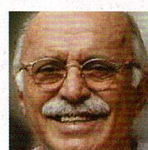
Mas os que veem aí o fim do socialismo ou a negação definitiva de uma sociedade livre e igualitária se enganam. Pois esse fim, eles anunciam desde o Thermidor da Revolução Francesa; com a restauração do segundo Napoleão, após 1848.

O socialismo, como alternativa salvacionista para uma sociedade ameaçada pela barbárie crescente, assim como sua fundamentação teórica elaborada por Marx e Engels, na sequência de Robespierre e Saint Just, sempre ressuscitará enquanto houver opressores e oprimidos, enquanto houver a burguesia em seu confronto permanente com o mundo do trabalho.

A despeito, portanto, de quaisquer vontades e anseios, continuam valendo as consignas do passado revolucionário pioneiro: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!”

Não tendes nada a perder, a não ser os grilhões explícitos, ou os mais dissimulados, gerados pelo avanço tecnológico sob controle do grande capital privado.

Luta que Segue!



***Jornalista, dirigente do PSOL**

o combate ao apartheid

JOE SLOVO:

uma vida de luta contra o racismo

Luíz Arnaldo Dias Campos*



8 de Janeiro de 1982. O Congresso Nacional Africano - CNA, a mais antiga e poderosa organização antiapartheid da África do Sul faz 70 anos de idade. Como parte das comemorações, uma bomba explode o canteiro de obras da central nuclear de Koeberg, a menina dos olhos do regime racista. O atentado tem as digitais da Umkhoto we Sizwe - em zulu, a Lança da Nação, movimento armado, criado pelo CNA e pelo Partido Comunista da África do Sul - SACP (iniciais em inglês) para impulsionar a luta pela derrubada do apartheid. As forças de segurança do governo sul-africano não tem dúvidas: o mentor do ataque é um branco, judeu e comunista. Seu nome é Joe Slovo.

PRIMEIROS TEMPOS

Joe Slovo e sua família chegaram em Joanesburgo, na África do Sul em 1935, quando ele tinha 9 anos de idade. Vinham de Obelai, na Lituânia, fugindo das perseguições contra os judeus. Em 1942, empolgado com a resistência russa à invasão nazista, Joe se alista nas forças sul-africanas que estiveram ao lado dos aliados na luta contra a Alemanha nazista. No front toma conhecimento de uma forma pior de discriminação: os soldados negros eram proibidos de portar armas. Estavam lá apenas para servir os oficiais brancos. De volta, filia-se ao SACP, que desde 1930 é um partido de maioria negra e vai estudar direito na Universidade de Witwatersrand. Lá, começa a namorar a estudante de esquerda Ruth First e inicia sua longa amizade com Nelson Mandela. Tempos depois, Mandela recordaria estes tempos: "Conheci Joe Slovo e sua futura mulher, Ruth First. Então, como agora, Joe tinha uma das mentes mais agudas e incisivas que já encontrei. Era um comunista ardente". Joe e Ruth trabalharam firmemente para convencer Mandela, então

"Joe tinha uma das mentes mais agudas e incisivas que já encontrei. Era um comunista ardente". Joe e Ruth trabalharam firmemente para convencer Mandela, então apenas um nacionalista negro, de que na África do Sul a divisão de classes, o imperialismo e o racismo estavam estreitamente conectados

apenas um nacionalista negro, de que na África do Sul a divisão de classes, o imperialismo e o racismo estavam estreitamente conectados. No seu livro, *Long Walk to Freedom*, Mandela reconheceu que estas conversas foram fundamentais para o avanço de suas posições políticas.

Em 1948, quando Joe conclui seus estudos e vai trabalhar como advogado, a África do Sul adota oficialmente a separação de raças como política de Estado, proibindo os casamentos mistos. A partir daí uma série de leis ao longo dos anos vão estruturar o apartheid. Progressivamente os negros são despojados de suas terras, confinados nos guetos, proibidos de circular nas áreas brancas sem salvo-conduto, privados do direito de voto e obrigados a renunciar à África do Sul como seu país, com sua cidadania transferida para os bantustões, áreas segregadas dentro do território sul-africano, onde seriam construídos países fantoches. Como parte deste processo, em 1950 foi decretada a Lei de Supressão do Comunismo que permitia ao governo colocar na ilegalidade qualquer partido suspeito de ser comunista e tomar medidas contra seus membros. Slovo e Ruth First, que tinham se casado no ano anterior, figuram numa lista de 600 pessoas proibidas de assistirem a reuniões públicas e de serem citadas na imprensa.

Mesmo sob perseguição, Slovo colabora ativamente no desenvolvimento da aliança entre o PC e as forças democráticas antirracistas como o CNA, onde milita seu velho amigo Mandela. Em 1953, o SACP e o CNA, promovem uma campanha de massa contra a Lei do Passe, que obrigava os negros a portarem uma caderneta na qual estava escrito os lugares onde poderiam ir. Em represália, houve mais de oito mil prisões. Slovo e Ruth participam

ativamente do movimento, ele, como advogado dos detidos; ela, como jornalista. Em 26 de junho de 1955, Joe e Mandela voltam a se reunir no histórico Congresso do Povo, realizado em Kliptown, onde é lançada a Carta da Liberdade, documento programático que estabelece as bases de uma África do Sul democrática, sem racismo, governada pelo princípio de um homem um voto e onde a “riqueza mineral sob o solo, os bancos e o monopólio da indústria devem ser propriedade de todo o povo”. Aí também é lançada a Aliança do Congresso, composto pelo Congresso dos Democratas (onde os comunistas participam), o Congresso Indiano Sul-Africano, o Congresso dos Mestiços, o Conselho Sul-Africano dos Sindicatos e o CNA, conformando uma poderosa frente antiapartheid. O regime não tardou em contratar, prendendo e levando a julgamento por alta traição 156 militantes destas organizações, entre eles, Mandela, Slovo e Ruth First. Sem se intimidar, Slovo foi simultaneamente réu e advogado. Para o escritor Anthony Sampson, ele tinha “um cérebro afiado e sem medo, que podia intimidar as testemunhas da polícia e abrir rachaduras na lei, com sua profunda aversão ao funcionamento do Estado”. A ampla mobilização interna e a repercussão internacional do julgamento redundaram no arquivamento das acusações. Mais tarde, o mesmo escritor afirmou que já então, Joe Slovo e Rita “eram nomes que estavam nos lábios de muitos africanos”.

A LANÇA DA NAÇÃO

21 de Março de 1960. Na cidade de Sharpeville, nos arredores de Joanesburgo, 20 mil pessoas participam de um protesto contra a Lei do Passe, organizado pelo Congresso Pan-Africano, organização comandada por

“[No seu julgamento] Sem se intimidar, Slovo foi simultaneamente réu e advogado. Para o escritor Anthony Sampson, ele tinha “um cérebro afiado e sem medo, que podia intimidar as testemunhas da polícia e abrir rachaduras na lei, com sua profunda aversão ao funcionamento do Estado”

Steve Biko, o criador do Movimento da Consciência Negra, posteriormente assassinado na prisão. Apesar do caráter pacífico da marcha, a polícia abre fogo de metralhadora, matando 69 pessoas e fazendo 180 feridos. É o ponto de virada. Para muitos, a campanha não violenta contra o apartheid tinha entrado num beco sem saída. No ano seguinte, o CNA e SACP resolvem constituir o Umkhonto we Sizwe - a Lança da Nação - um movimento formalmente autônomo, mas dirigido politicamente pelas duas organizações. No seu manifesto de lançamento o UK, como ficou conhecido, dizia: “A paciência das pessoas não é infinita. A hora de qualquer nação chega quando restam apenas duas opções: submeter-se ou lutar. Esta hora chegou para a África do Sul. Não nos submetemos e não temos escolha a não ser usar todos os meios ao nosso alcance em defesa de nosso povo, do nosso futuro e da nossa liberdade”. O Umkhonto we Sizwe, significava a abertura de uma frente armada na luta contra o apartheid. Seus comandantes eram Nelson Mandela e Joe Slovo.

O início dos anos 60 é um marco para a luta de libertação dos povos africanos. Em Gana, o governo nacionalista de N'krumah, relança o pan-africanismo; em Angola, o MPLA de Agostinho Neto e em Moçambique, a Frelimo de Eduardo Mondlane e Samora Machel dão início a luta armada contra o colonizador português, processo que o PAIGC de Amílcar Cabral tinha iniciado anos antes na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Irmão de armas destes movimentos, o UK, entretanto, reserva ao enfrentamento armado uma missão diferente. Para a Lança da Nação, o papel das ações armadas é reforçar a luta de massas, desmoralizar o apartheid e tornar ingovernável o país, animando a resistência, a caminho da insurrei-

ção popular.

Nos seus dois primeiros anos o Umkhoto we Size se lança numa campanha de sabotagens e ações de propaganda armada, cuidadosamente preparada para causar o menor número possível de vítimas. O recrudescimento da luta obriga seus comandantes a buscarem proteção no exterior. Slovo escapa para a Inglaterra, mas Mandela, provavelmente denunciado por um agente infiltrado da CIA, é preso quando tentava passar a fronteira entre a África do Sul e Botswana. Levado a julgamento é condenado à prisão perpétua. Em 1963, Ruth First é detida e passa 117 dias numa solitária e, depois de solta, se reúne a Slovo no exílio em Londres.

Na capital britânica, Slovo se dedica a preparar as campanhas armadas no território africano a partir do escritório do CNA em Goodge Street. No período entre 61 e 63, o UK realiza 200 ações de sabotagem e consegue sobreviver a diversos golpes da repressão. Slovo, além de fazer o planejamento das ações militares, viaja constantemente para União Soviética, Argélia, China, Cuba, República Democrática Alemã e Iugoslávia, articulando apoio político e militar. Além disso, escreve teorizando sobre as particularidades da luta armada na África do Sul. Critica a teoria do foco guerrilheiro de Régis Debray, insistindo que o papel da luta armada é reforçar o trabalho subterrâneo e a luta de massas.

Ruth dá aulas, faz conferências e se torna uma das mais conhecidas ativistas antiapartheid. Nestas atividades aproxima-se da esquerda revolucionária europeia, torna-se amiga de Tariq Ali e outros intelectuais da chamada Nova Esquerda. Isto rendeu discussões tempestuosas com Slovo, que era tido como pró-soviético incondicional. Divergências à parte, seguiram



Slovo e Ruth First

juntos, se amando e cooperando estreitamente com a luta clandestina na África do Sul.

TEMPOS DE GUERRA

25 de Abril de 1975 - Em Portugal, o Movimento das Forças Armadas derruba a ditadura fascista e põe fim a mais de 400 anos de dominação colonial lusitana na África. Em pouco mais de um ano, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe se tornam independentes.

Para o Umkhonto We Size se abrem espaços seguros onde o comando e a retaguarda podem se instalar. Um ano depois, a repressão policial contra o levante de milhares de estudantes negros em Soweto, gueto nos arredores de Joanesburgo, causa 600 mortes. No mundo inteiro uma onda de indignação se levanta contra o apartheid. Isolado, o racismo sul-africano começa a viver seu capítulo final. Slovo e Ruth se mudam para Maputo, com a cobertura da Frelimo. Incansável, Joe

planeja ações, escreve, viaja para Angola, onde supervisiona os cursos para futuros guerrilheiros, faz uma visita de aprendizado ao Vietnã e se torna, na prática, o inimigo número um do regime racista da África do Sul. Em 1980, o regime racista da vizinha Rodésia chega ao fim, derrotado pelas guerrilhas da maioria negra. A luta antirracista na África do Sul ganha mais um santuário e se fortalece ainda mais.

Mas em 17 de agosto de 1982, o braço terrorista do apartheid alcança o casal Slovo. Ruth morre na explosão de uma carta bomba enviada para o Centro de Estudos Africanos, onde trabalhava, na capital moçambicana. Anos mais

tarde ao lembrar o terrível episódio, Joe Slovo diria: "Você nunca esquece, na verdade nunca perdoa. A punição mais efetiva para aqueles que a mataram é forçá-los a viver numa África do Sul democrática."

Acompanhando e incentivando o ascenso da mobilização contra o apartheid, o Umkhonto we Sizwe multiplica suas ações, que crescem em quantidade e qualidade. Os "soldados de Joe", como são chamados, disparam foguetes contra delegacias de polícia, atacam com explosivos uma refinaria de petróleo, explodem uma usina de energia e bombardeiam a mais importante base militar da Força Aérea

da África do Sul. Em 1985, Slovo é o primeiro branco convidado para fazer parte do Comitê Executivo Nacional do CNA e no ano seguinte é eleito Secretário Geral do SACP. Em março de 1988 as forças sul-africanas, que haviam invadido o território angolano, buscando derrubar o governo progressista de Agostinho Neto, são derrotadas pelas tropas da República de Angola com o apoio de voluntários cubanos. A vitória de Cuito Cuanavale faz dobrar os sinos para o apartheid. A África do Sul é obrigada a ceder a independência da Namíbia, território que ocupava ilegalmente, e as forças guerrilheiras da Swapo, organização



Slovo, em primeiro plano

FIRSTSLOVO

aliada do CNA vencem as eleições de 1990. Neste mesmo ano o Umkhoto we Size contabilizava 40 toneladas de armamento contrabandeado para o interior da África do Sul e dez mil homens em armas. Joe Slovo, chamado pelos racistas de “o coronel da KGB” era o pesadelo da direita sul-africana.

AS TAREFAS DA PAZ

11 de Fevereiro de 1990. Num dos dias mais emocionantes da história da África do Sul, Nelson Mandela é libertado da prisão, depois de 28 anos de cárcere. Sua libertação é fruto de um impressionante movimento de massas, articulado com o isolamento internacional do regime racista. Para o presidente sul-africano, Frederico De Klerk, chegara a hora de perder os anéis para não perder os dedos. No processo de negociação que se abre, Mandela chama para o seu lado o branco mais odiado pelos brancos reacionários e racistas da África do Sul: seu amigo e camarada de armas, Joe Slovo. Anos mais tarde Mandela explicaria esta indicação como fruto não só do apreço pessoal, mas também como reflexo da relação excepcional entre o CNA e o SACP. Ele destacou que os comunistas da África do Sul jamais tentaram aparelhar ou manipular o CNA. Referindo-se diretamente ao PC Sul Africano, Mandela disse: “Eles lutaram para defender o CNA como o parlamento dos oprimidos, contendo dentro dele pessoas com diferentes visões ideológicas, unidas pela Carta da Liberdade.”

Em virtude das novas atribuições, Slovo deixa o estado-maior do UK e defende a saída negociada para impedir a guerra civil, não só entre a maioria negra e os brancos, mas também entre os próprios negros, já que organizações como o Inkhata, de maioria zulu, a serviço dos racistas, prega o

11 de Fevereiro de 1990. Num dos dias mais emocionantes da história da África do Sul, Nelson Mandela é libertado da prisão, depois de 28 anos de cárcere. (...) Para o presidente sul-africano, Frederico De Klerk, chegara a hora de perder os anéis para não perder os dedos. No processo de negociação que se abre, Mandela chama para o seu lado o branco mais odiado pelos brancos reacionários e racistas da África do Sul: seu amigo e camarada de armas, Joe Slovo

separatismo e comete atos violentos contra militantes do CNA, ameaçando mergulhar o país num caos armado.

Durante o processo, De Klerk tenta por todas as formas afastar Slovo da condição de negociador, chegando a ameaçá-lo com a prisão, porém esbarra na sólida resistência do CNA. O líder comunista se torna um dos mais importantes construtores da fase final do processo que, em última análise, liquidou as instituições racistas e instaurou a democracia multirracial em troca da manutenção das propriedades dos brancos. Dez dias depois do lendário comandante da UK anunciar o fim unilateral dos combates, Mandela compareceu pessoalmente ao comício de relançamento do Partido Comunista. Lá, debaixo dos aplausos de 50 mil trabalhadores, quase todos negros, recordou que ele e Slovo compartilhavam a ideia de uma África do Sul não dividida por raças, hipotecando mais uma vez sua solidariedade e gratidão ao SACP e seu líder Joe Slovo.

Quando se elegeu presidente, Mandela nomeou Slovo ministro da Habitação. Ele ficou menos de um ano no cargo, porém. Morreu em 1995, vítima de câncer. Como última homenagem, foi enterrado no cemitério de Soweto, o bairro do memorável levante que contribuiu enormemente para a derrocada do apartheid. Mais tarde, lembrando o fato, Gillian Slovo, a filha mais velha das três que Slovo teve com Ruth disse “Minha mãe está enterrada em Maputo e meu pai em Soweto. São poucos os brancos que estão nestes lugares”.

***Cineasta, militante do PSOL.**



**Integrante do Comitê
Executivo da revista
Socialismo e Liberdade**

A destruição do Maracanã, um crime

O templo do esporte deu lugar a uma 'arena' sem alma

João Máximo*



O Maracanã já foi do povo, tentou ser da elite e hoje é de ninguém. Em seus 67 anos de existência, vem cumprindo um destino que tinha tudo para ser grande, imenso, mas que acaba sendo o mesmo de velhos estádios demolidos em nome do progresso. Só que, para o Maracanã, o progresso andou para trás. O que já foi o maior, o mais famoso, o mais sagrado templo esportivo do mundo, é hoje um monumento à incúria.

Quando o Flamengo recentemente desembolsou R\$ 1 milhão para que os refletores do estádio possam iluminar seus 4 x 0 sobre o San Lorenzo (e outros tantos reais para que sua torcida testemunhe a vitória com um mínimo de respeito), ficou claro que o Maracanã já não era o mesmo – e não só arquitetonicamente. Não era o mesmo no corpo e na alma.

Sim, certos estádios de futebol têm alma. O primeiro Wembley, o Santiago Bernabeu, La Bombonera tinham até personalidade. Dizia-se que eram estádios “que jogavam”, pois era difícil a uma equipe visitante resistir à temperatura da torcida local, convertida naquele tipo de energia que fatalmente leva adiante o time da casa. O velho Maracanã, ao contrário, sempre se impôs pela neutralidade. Não jogava e deixava jogar. Sua alma estava justamente em permitir que, maior que fosse o coro das arquibancadas, ali sempre podia vencer o melhor, fosse o Uruguai em 1950, fosse a LDU em 2008.

Não há retórica nem inverdade em se dizer que o velho Maracanã já foi do povo. Para o povo ele foi construído, em dois anos, não importando que houvesse política (como sempre há) por trás do ambicioso projeto. O dinheiro público empregado nas obras



– mais o arrecadado com a venda de cadeiras cativas e perpétuas – foi rigorosamente fiscalizado. Por menos democrático que fosse o presidente Eurico Gaspar Dutra – com fechamento de partidos, cassações e prisões políticas – a oposição que restou a ele entre os vereadores do então Distrito Federal foi o bastante para saber como andavam as contas do novo prefeito Ângelo Mendes de Moraes. Pronto, o velho Maracanã foi entregue, sem problemas, a quem pagou por ele: a municipalidade.

Mas não é por isso que seu verdadeiro dono era o povo. Antes de sua inauguração, excetuando o histórico São Januário, os estádios de futebol do Rio eram convites para que o torcedor ficasse em casa, acompanhando seu time pelo rádio. Os estádios eram pequenos, desconfortáveis, sem cor e sem alma. Já imaginaram um Fla-Flu na Gávea ou nas Laranjeiras, clássico para poucos, dez mil no máximo? Pois era assim o futebol carioca antes de 1950.

Talvez o maior encanto do velho Ma-



racanã esteja justamente na generosidade com que abriu seus portões para todos, o torcedor da geral e o bacana das cadeiras azuis. Povo representado pela mulher e pelo idoso que não se atreviam a ir a Moça Bonita, a Bariri ou a outro estadinho lá de longe. Representado, também, pelo menino torcedor que o pai tinha medo de levar a campos chamados de "alçapão". Assim, o futebol ganhou novos torcedores, tornou-se mais vivo, mais apaixonante, mais democrático. O Fla-Flu? Talvez cause espanto nos mais jovens saber que 32 dos realizados no velho Maracanã tiveram público acima de cem mil pessoas.

Também não se exagera quando se

diz que o novo Maracanã se elitizou. Ou melhor, voltou-se para uma elite capaz de pagar caro por um espetáculo antes barato. Qualquer um podia desembolsar quase nada para ver seu time jogar no velho Maracanã, é verdade que ao sol ou à chuva, em pé, pescoço espichado, como todo bom e fiel "geraldino". Mas mesmo o ingresso da arquibancada custava pouco, tão pouco que podia ser adquirido pelas 120 mil pessoas que tomavam os degraus de cimento em dias de lotação esgotada;

E aí... tudo mudou. A ideia do então presidente da FIFA, João Havelange, de se implodir o velho Maracanã para que se construísse outro em seu lugar,

se pareceu absurda quando o estádio comemorava seu cinquentenário, tornou-se realidade quando o Brasil (leia-se: Presidência da República, governos de estado, prefeituras e, claro, CBF) concluiu que já era hora de voltarmos a sediar uma Copa do Mundo. Para isso, novos estádios, obedientes ao chamado "padrão FIFA de qualidade", teriam de ser construídos pelo país afora. Foi para adaptar-se à nova realidade que o velho Maracanã começou a ser demolido.

O tal padrão FIFA de qualidade incluía redução das dimensões do campo de jogo e, mais importante, diminuição de público nos estádios. Lugares sentados, e numerados, seriam

obrigatórios. Marqueses para protegerem o torcedor do sol e da chuva deveriam ser construídas. Os ingressos, incluindo a parte da FIFA ou das entidades organizadoras, custariam mais. Num país como o Brasil, onde não havia sequer um estádio com tais especificações, foi uma festa.

Festa das empreiteiras contratadas para construir os estádios, agora denominados “arenas”. Festa dos órgãos públicos que bancariam tudo para não ficar com nada além do reconhecimento das empreiteiras. Festa de CBF e da FIFA, que fariam uma Copa do Mundo moderna e, melhor, rendosa. Festa enfim das autoridades envolvidas, pois todos, rigorosamente todos – presidente, governador, dirigentes da FIFA, cartolas da CBF – apoiaram e até bancaram a grande festa (história que se repetiria quando a mesma turma se entregou ao sonho-pesadelo de organizar uma Olimpíada).

Como em 1948, as obras do novo Maracanã foram feitas com dinheiro público. De início, algo próximo a R\$ 1 bilhão. Claro, somem-se a isso mais R\$ 211 milhões em nome dos superfaturados. Uma vez concluída, a “arena” foi entregue de graça ao grupo de empreiteiros. O governador justificou-se: “O estado não tem condições de administrar o estádio”. Se não tinha, por que fazê-lo? Algumas respostas cínicas chegaram a ser dadas em desrespeito à inteligência do cidadão. Por exemplo: a modernização do Maracanã tinha, entre outras, uma causa “nobre”: educar o brasileiro. Em especial, o brasileiro que gosta de futebol.

Um senhor chamado João Borba, na época presidente do consórcio que iria cuidar do novo Maracanã, abriu o coração ao jornal “O Globo”: “Fui no último fim de semana às finais de tênis em Wimbledon, e no convite estava escrito que não era recomendável

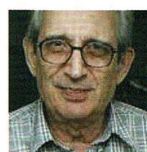
Na “arena” [o novo Maracanã] em construção seriam proibidos bumbos, apitos, bandeiras, torcedores sem camisa. E como ele [o novo administrador do estádio] não fazia segredo de que muito de sua inspiração fora colhida, ao vivo e em cores, na britaníssima plateia de Wimbledon, podemos imaginar como seria o seu Fla-Flu: torcedores de Flamengo e Fluminense de paletó e gravata, celebrando, com palminhas e sussurros, a jogada do craque

ir com determinada roupa. Quando o inglês lê ‘não é recomendável’, entende que não deve usar aquele tipo de roupa.”

Como o mesmo senhor antecipava, na “arena” em construção seriam proibidos bumbos, apitos, bandeiras, torcedores sem camisa. E como ele não fazia segredo de que muito de sua inspiração fora colhida, ao vivo e em cores, na britaníssima plateia de Wimbledon, podemos imaginar como seria o seu Fla-Flu: torcedores de Flamengo e Fluminense de paletó e gravata, celebrando, com palminhas e sussurros, a jogada do craque. Sorrindo, mas não gritando na hora do gol. E no intervalo do primeiro para o segundo tempo, saboreando elegantemente um chá. Enfim, educado e elitizado, o Fla-Flu daria sono. Não que os homens que realizavam o projeto da tal “arena” não soubessem a diferença entre o futebol e o tênis, ambos grandes esportes, mas cada qual com seu ritmo e sua coreografia. Eles só estavam preocupados em nos educar.

O senhor fã de Wimbledon, com todo o pomposo consórcio, pulou fora. Alguns respondem a processo (mas não pelo que fizeram ao Maracanã). Outros fingem que nada aconteceu. Outros mais, da Fifa, da CBF, do governo, pagam por crimes de corrupção que, da mesma forma, pouco têm a ver com a modernização do estádio, mas que dizem bem de que barro foram feitos os personagens dessa história.

Em resumo, o velho Maracanã já não existe. E o novo, adormecido, fechado, abandonado, quase esquecido, sem dono, sem futuro, sem alma... não é de ninguém.



***Jornalista e escritor**

Cinquentenário do lançamento de "Cem Anos de Solidão"

Gabo:

a força política da literatura

Livia Verena Cunha do Rosário*



Uma órfã que chega à cidade carregando um saco com ossos dos pais; um cigano alquimista que transmuta o tempo; um homem seguido por borboletas amarelas; uma virgem perturbadoramente bela que ascende ao céu; uma população inteira acometida pela "praga da insônia"; mortos que visitam os vivos; uma criança que nasce com rabo de porco; uma chuva que dura quatro anos, 11 meses e dois dias. A galeria de acontecimentos fabulosos em Macondo, a cidade inventada por Gabriel García Márquez, é variada

e curiosa. A realidade da fantasia e a fantasia do real permeiam esse cenário mítico, que ao mesmo tempo assemelha-se a tantos outros.

Protagonista do chamado boom da literatura latino-americana, o romance Cem anos de solidão, de 1967, atraiu o olhar da crítica para a produção do continente. Utilizar um quadro familiar para traçar um quadro político não era novidade. O próprio realismo fantástico também não. Gabo, como era conhecido, deixou explícita a inspiração em A metamorfose, de Kafka, para

desenvolver sua obra-prima. Contudo, o realismo fantástico em Cem anos de solidão reflete a habilidade ímpar do autor, jornalista de formação, em reinventar a história romanceando-a e, por isso mesmo, enchendo-a de riqueza.

A solidão acomete por um século sete gerações de um mesmo clã, os Buendía. Aurelianos, Arcádios, Úrsulas e Amarantas - "como se o tempo desse voltas sobre si mesmo" - têm suas vidas entrelaçadas ao apogeu e à decadência da própria Macondo. Gabo, natural de Aracataca, na Colômbia, ilustra a tra-

ma com aspectos folclóricos da terra natal e, com sua imaginação prodigiosa, denuncia o abandono da própria América hispânica.

A chegada do progresso transforma Macondo de povoado ermo em cidade grande. Forasteiros resolvem plantar banana em larga escala e a economia floresce. No entanto, uma greve de trabalhadores rurais é reprimida pelo Exército e centenas de pessoas são assassinadas. O único sobrevivente do levante é tido como louco, e a história oficial “esquece” o massacre. A companhia bananeira simboliza a face mais visível da inserção do continente no capitalismo mundial: a de eterna exportadora de matérias-primas. Aos ciclos de decadência sucedem os ciclos de euforia, mantendo todo um povo preso às amarras do subdesenvolvimento.

Da carpintaria da escritura conforma-se diante de nós a América Latina em sua estrutura patriarcal, colonialista, dependente. O continente sincrético e conservador, marcado pela concentração fundiária, pela corrupção e pelos golpes de estado. O microcosmo Macondo é uma alegoria da América Latina empobrecida, fantasticamente violenta e injusta. Um lembrete de como a realidade pode ser tão absurda quanto a ficção. Por outro lado, a força dos símbolos dá conta de representar Colômbia, Caribe, América, mundo. Afinal, a solidão pode pesar nos ombros de todos nós, a qualquer tempo.

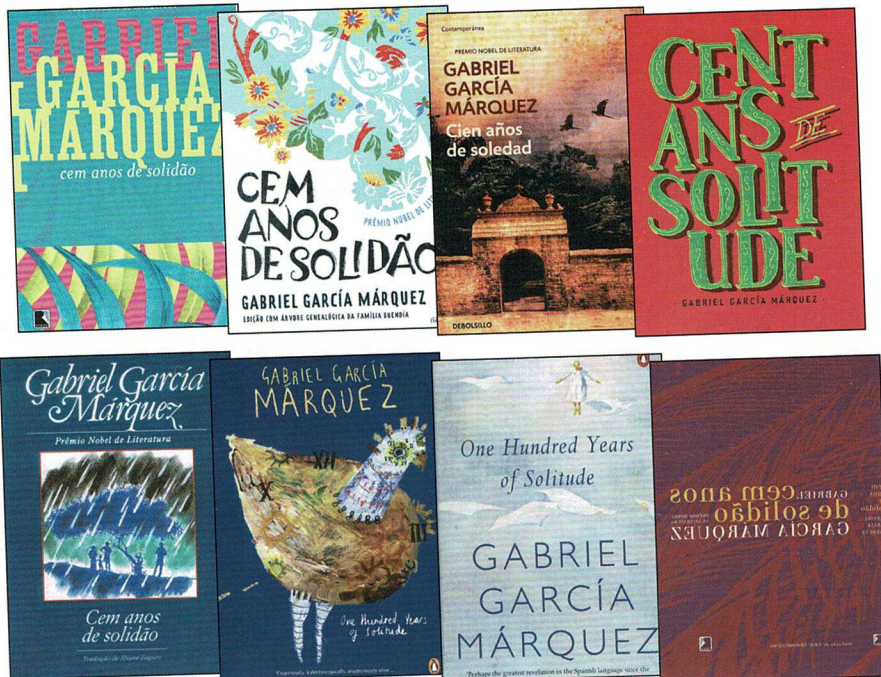
“Era como se Deus (...) mantivesse os habitantes num permanente vaivém do alvoroço ao desencanto, da dúvida à revelação, ao extremo de já ninguém poder saber com certeza onde estavam os limites da realidade” (2009, p. 217).

Cem anos de solidão figura como o mais importante livro escrito em língua espanhola depois de Dom Quixote. Gabo alcançou em vida o reconhe-

cimento merecido e ganhou o Nobel de Literatura em 1982; sentiu cedo os rigores da censura e acabou por exilar-se no México, onde faleceu em 2014. Seu perfil ideologicamente de esquerda, aliado à sua sincera simpatia por Cuba, foram ingredientes suficientes para aproximá-lo de Fidel Castro.

O espírito revolucionário na narrativa é personificado pelo Coronel Aureliano Buendía, “que promoveu 32 revoluções, tendo perdido todas, e teve 18 filhos, de 18 mulheres diferentes”. Mesmo diante da opressão, do saqueio, dos cataclismos, da peste e da fome, o engajamento social de Aureliano o transforma em herói da resistência, em meio à luta solitária, “o essencial é não perder a orientação”.

“Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o Coronel Aureliano Buendía havia de recordar aquela tarde remota em que o pai o levou para conhecer o gelo” (2009, p.7).



Há 50 anos, o épico latino-americano, fantástico em todos os sentidos, legitima a literatura como força política - sobretudo ao representar vozes historicamente à margem - e enreda leitores de todos os cantos para enveredar-se com a “estirpe de solitários”, que seguem vivendo em um recanto qualquer da América Latina

O famoso começo condensa o assombro do homem ao deslumbramento do menino. O espanto frente ao ordinário e extraordinário conduz a genealogia imaginada por Márquez. As vicissitudes que marcam a travessia da linhagem também se refletem em transgressão, o devir dos Buendía é uma autêntica busca por rupturas. Se a solidão é universal, a esperança também é.

Há 50 anos, o épico latino-americano, fantástico em todos os sentidos, legitima a literatura como força política - sobretudo ao representar vozes historicamente à margem - e enreda leitores de todos os cantos para enveredar-se com a “estirpe de solitários”, que seguem vivendo em um recanto qualquer da América Latina.



***Especialista em língua espanhola**

Centenário do nascimento da figura maior do cancionero popular chileno

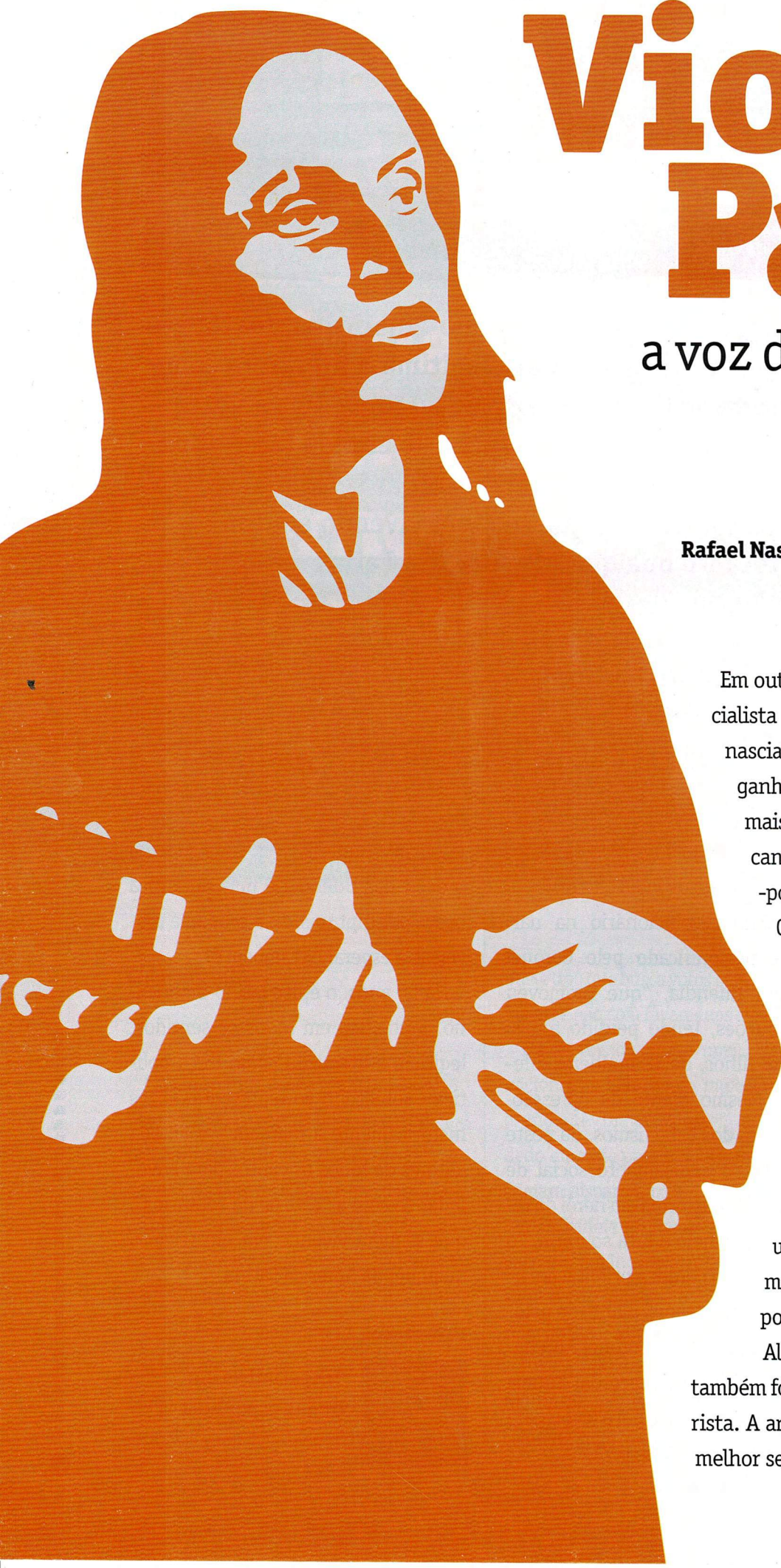
Violeta Parra:

a voz da América Latina

Rafael Nascimento Gomes*

Em outubro de 1917, junto com a Revolução Socialista que eclodia na distante pátria de Lênin, nascia Violeta del Carmen Parra Sandoval, que ganhou o mundo como Violeta Parra, uma das mais importantes folcloristas latino-americanas, fundadora do movimento estético-político-musical chamado Nueva Canción Chilena, do qual fizeram parte também Víctor Jara, Rolando Alarcón, Patricio Manns, além dos grupos Inti-Illimani e Quilapayún. Com seu violão, Violeta levou o Chile e a América Latina ao mundo; um mundo tão desigual e injusto. Em 1952, profundamente influenciada pelas lutas sociais de seu país, realizou recitais engajados em universidades e dedicou-se a pesquisar a música popular chilena, ganhando imensa popularidade.

Além da brilhante cantora que era, Violeta também foi poetiza, artesã, artista plástica e folclorista. A arte corria em suas veias. E a arte, em seu melhor sentido de ser, era para ela um importante



agente transformador do mundo. Uma mulher curiosa e inquieta, tiraria das raízes folclóricas chilenas a principal inspiração para suas músicas, verdadeiras manifestações artísticas populares. Buscou mapear ritmos, danças e canções populares e reuniu cerca de três mil canções tradicionais, um legado cultural inestimável. O maior poeta chileno, Pablo Neruda, homenageou Violeta em alguns de seus belos versos:

“(...)Quandonascestefostebatizada
como Violeta Parra,
o sacerdote levantou as uvas
sobre tua vida e disse: ‘Parra és
e em vinho triste te converterás.’
Em vinho alegre, em peralta alegria,
em barro popular, em cantochão,

Santa Violeta, tu te converteste,
em violão com lâminas que reluzem
ao brilho da lua, em ameixa selvagem
transformada, em povo verdadeiro,
em pombo do campo (...).”

(Pablo Neruda, Elegía para cantar, 1970).

Violeta representava a voz do Chile e da América Latina; e disso ela não abria mão. Seja pela Europa ou por nuestra América, Violeta, muitas vezes acompanhada pelos filhos, Isabel e Angel, levava a riqueza de nossa cultura e identidade latino-americanas para o mundo, além de manifestar seu repúdio às injustiças sociais tão marcantes em nosso continente. Por isso, Violeta pode ser considerada a mãe da canção comprometida com

a luta dos oprimidos e explorados, tendo sido autora de páginas inapagáveis, como a clássica canção *Volver a los 17*, que mereceu uma antológica gravação de Milton Nascimento e Mercedes Sosa.

As letras de suas canções refletem uma militância que sempre fez parte de sua vida. Seu filho, Angel, ao lembrar a Violeta, dizia: “Minha mãe tinha uma capacidade especial de absorver e reproduzir a cultura do povo e para o povo; sempre defendeu essa identidade e valores como a justiça social”.



***Mestre em história e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.**

A encantadora Peña de los Parra

Cid Benjamin*

No período em que morei em Santiago do Chile, fui muitas vezes à Peña de los Parra. As peñas chilenas eram uma espécie de botequins, relativamente baratos, em que se bebia um bom vinho nacional, se comia empanadas (pastéis de forno típicos) e se escutava a (melhor) música do país. Na pequena Peña de los Parra, os músicos se revezavam, quase se confundindo com os frequentadores, e as mesas e cadeiras espremiavam o palco, num ambiente extremamente acolhedor.

Era em torno de 1972, 1973. Eu tinha ingressado no país com documentos falsos, pois retornaria clandestinamente ao Brasil, depois de ter sido libertado da prisão em troca do embaixador alemão, sequestrado pela guerrilha em junho de 1970. No entanto, prisões e mortes inviabilizaram o retorno e fui obrigado a permanecer

no Chile. Minha situação irregular não tornava recomendável que circulasse no seio da colônia brasileira, onde havia muitos informantes.

Criei, então, um circuito próprio de atividades, inclusive de lazer: a Peña de los Parra, criada por Violeta, àquela altura já morta, era parte desse circuito. O local era mantido por seus dois filhos, Angel e Isabel

Parra, também músicos. Ao longo de muitos meses, quase toda semana eu aparecia por lá. Só não ia mais vezes por falta de dinheiro.

Com o tempo, conheci Angel, que lá pelas tantas me convidou para fazer parte de um grupo de música folclórica chilena que ele estava começando a organizar, pois eu tocava violão, ainda que não fosse exatamente um virtuose.

Tudo corria bem, até que, em meio a um ensaio apareceu uma equipe de TV para uma reportagem com o grupo.

Fui obrigado a contar para Angel qual era a minha situação e explicar-lhe que não poderia aparecer. Com isso, minha recém-iniciada carreira de folclorista chileno chegou ao fim. Mas devo admitir que ela não era muito promissora.

De qualquer forma, continuei a frequentar a peña regulamente até perto de setembro de 1973, quando adveio o golpe de estado que derrubou Allende e deu início à ditadura de Pinochet.

Desnecessário dizer que, com o golpe militar, a Peña de los Parra foi fechada. Angel e Isabel tiveram que se esconder e, depois, se exilar na França para não terem o mesmo fim de Victor Jara – o mais talentoso músico dessa geração – preso e assassinado pelos golpistas.

***Editor-chefe da revista
SOCIALISMO & LIBERDADE**

Gracias a la vida

Violeta Parra (1917-1967)

Gracias a la vida que me ha dado tanto.
Me dio dos luceros que, cuando los abro,
Perfecto distingo lo negro del blanco,
Y en el alto cielo su fondo estrellado
Y en las multitudes el hombre que yo amo.

Gracias a la vida que me ha dado tanto.
Me ha dado el oído que, en todo su ancho,
Graba noche y día grillos y canarios;
Martillos, turbinas, ladridos, chubascos,
Y la voz tan tierna de mi bien amado.

Gracias a la vida que me ha dado tanto.
Me ha dado el sonido y el abecedario,
Con él las palabras que pienso y declaro:
Madre, amigo, hermano, y luz alumbrando
La ruta del alma del que estoy amando.

Gracias a la vida que me ha dado tanto.
Me ha dado la marcha de mis pies cansados;
Con ellos anduve ciudades y charcos,
Playas y desiertos, montañas y llanos,
Y la casa tuya, tu calle y tu patio.

Gracias a la vida que me ha dado tanto.
Me dio el corazón que agita su marco
Cuando miro el fruto del cerebro humano;
Cuando miro el bueno tan lejos del malo,
Cuando miro el fondo de tus ojos claros.

Gracias a la vida que me ha dado tanto.
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto.
Así yo distingo dicha de quebranto,
Los dos materiales que forman mi canto,
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos, que es mi propio canto.

